



## RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 19ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE EM 15.03.2016

Aos 15 dias do mês de março de 2016, compareceu à sede da 19ª Vara do Trabalho de Porto Alegre a Excelentíssima Senhora, **MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO** Desembargadora Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada do Assessor Jurídico da Corregedoria, Guy de Bruchard, do Assessor Técnico-Operacional Jeferson Andrade e da Assistente Adriana Stangler, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0000608-06.2016.5.04.0000. A Desembargadora Corregedora e a sua equipe foram recebidas pela Juíza Titular Themis Pereira de Abreu, pela Diretora de Secretaria Andréia Oliveira Gonçalves e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelas Gestoras, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

### 1 INFORMAÇÕES GERAIS

**Data da instalação da Vara do Trabalho:** 26.06.1990

**Data da última correição realizada:** 14.07.2015

**Data de Implantação do PJe:** 23.09.2013

**Jurisdição:** Porto Alegre

**1.1 Período Correcionado:** de 1º.01.2015 a 15.03.2016

### 2 ESTRUTURA FUNCIONAL

#### 2.1 JUÍZES

##### 2.1.1 Juizes Atuais

Juízas	Situação	Período
<b>Themis Pereira de Abreu</b>	Juíza Titular	Desde 05.12.2012
<b>Fernanda Guedes Pinto Cranston Woodhead*</b>	Juíza Substituta lotada	Desde 15.07.2013

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 24.02.2016)

\* A Juíza Substituta lotada encontra-se em período de férias desde 22.02 até 22.03.2016.

##### 2.1.2 Circunscrição

Nos termos da Portaria nº 01/2015, da Corregedoria Regional deste TRT, a 19ª Vara do Trabalho de Porto Alegre pertence à 19ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Essa circunscrição é dotada de lotação de 1 Juiz Substituto.



### 2.1.3 Juízes que Atuaram no Período Correccionado

	Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
1	<b>Themis Pereira de Abreu</b>	<b>Juíza Titular desde 05.12.2012</b>		Há 3 anos, 3 meses e 11 dias
2	<b>Fernanda Guedes Pinto Cranston Woodhead</b>	<b>Juíza Substituta lotada desde 15.07.2013</b>		Há 2 anos e 8 meses
3	<b>Rafael Moreira de Abreu</b>	<b>21.01 a 06.02.2015</b>	Atuou em razão da desconvoação da Juíza Titular para proferir sentenças do seu resíduo	16 dias
4	<b>Rodrigo Machado Jahn</b>	<b>27 a 29.04.2015</b>	Respondeu pela Unidade Judiciária em razão das férias da Juíza Titular e da Licença para Tratamento de Saúde (LTS) da Juíza Substituta lotada (sem pauta)	3 dias
5	<b>Laura Balbuena Valente Gabriel</b>	<b>11 a 15.05.2015</b>	Atuou em razão das férias da Juíza Titular	5 dias
6	<b>Ivanise Marilene Uhlig de Barros</b>	<b>15.02.2016</b>	Atuou em razão da Licença para Tratamento de Saúde (LTS) da Juíza Titular	1 dia
7	<b>Luciana Caringi Xavier</b>	<b>16.02.2016</b>	Atuou em razão da Licença para Tratamento de Saúde (LTS) da Juíza Titular	1 dia
8	<b>Eliseu Cardozo Barcellos</b>	<b>17.02.2016</b>	Atuou em razão da Licença para Tratamento de Saúde (LTS) da Juíza Titular	1 dia
9	<b>Sheila dos Reis Mondin Engel</b>	<b>18 e 19.02.2016</b>	Atuou em razão da Licença para Tratamento de Saúde (LTS) da Juíza Titular	2 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 24.02.2016)

### 2.1.4 Afastamentos da Juíza Titular e da Juíza Substituta lotada durante o Período Correccionado

	Juíza	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Titular	<b>Themis Pereira de Abreu</b>	Desconvoação para proferir sentenças de seu resíduo	21.01 a 06.02.2015	17 dias
		Férias	27.04 a 26.05.2015 17.08 a 15.09.2015	30 dias 30 dias = 60 dias



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

		Licença para Tratamento de Saúde (LTS) em pessoa da família	22 e 23.07.2015	2 dias
		Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	27.01 a 19.02.2016	24 dias
Substituta lotada	<b>Fernanda Guedes Pinto Cranston Woodhead</b>	Férias	03.02 a 04.03.2015 16 a 30.03.2015 09 a 20.12.2015 03 a 21.02.2016 22.02 a 22.03.2016	30 dias 15 dias 12 dias 19 dias 30 dias = 106 dias
		Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	27 a 29.04.2015 07 a 15.05.2015 07 a 16.10.2015	3 dias 9 dias 10 dias = 22 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 24.02.2016)

## 2.2 SERVIDORES

### 2.2.1 Servidores Lotados na Unidade Judiciária

	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Andréia Oliveira Gonçalves	Analista Judiciário - Área Judiciária	<b>Diretora de Secretaria (CJ3)</b>	07.12.2012
2	Leandro Abal Fiori	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente de Juiz Titular (FC05)</b>	15.08.2014
-	Viviane Rosa Clavijo	Analista Judiciário - Área Judiciária	<b>Assistente de Juiz Substituto (FC05)</b>	15.07.2013
3	Cristina Fialho Silveira	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)</b>	08.03.2016
4	Paulo Roberto Teixeira	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Secretário de Audiência (FC03)</b>	13.10.1992
5	Rafaela Martins Pottes de Mello	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Secretária de Audiência (FC03)</b>	30.01.2014
6	Daniela Brambila Magnus	Analista Judiciário - Área Judiciária	<b>Assistente (FC02)</b>	19.03.2013
7	Felipe Moraes de Carvalho	Analista Judiciário - Área Judiciária	<b>Assistente (FC02)</b>	25.07.2014



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

8	Ana Luiza Von Schwarz da Silva	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	30.04.2012
9	Antônio Oliveira Pasqual Júnior	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	09.05.2013
10	Rodrigo Benati Barbosa	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	14.10.2013
11	Francielly de Aguiar Traslatti	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	12.09.2014
12	Bruna Suelen Bobrownik Oliveira	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	10.12.2014
13	Allison Escouto Silva	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	13.04.2015
14	Deise Maria de Araújo Leiria	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Apoio de Serviços Diversos	-	1º.03.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 16.02.2016 e atualizado em 14.03.2016 em razão da saída do servidor Rodrigo Fortes Saraiva e lotação das servidoras Cristina Fialho Silveira e Deise Maria de Araújo Leiria).

## 2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2013, 2014 e 2015)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
1.603 processos	1.501 a 2.000	<b>14 servidores</b>	13 a 14 servidores

A Resolução nº 63/2010 do CSJT instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau. Consideradas as alterações realizadas posteriormente pelas Resoluções nº 77 e 83/2011, também do CSJT, e, visando o cumprimento da Meta Nacional nº 3 do Conselho Nacional de Justiça para o exercício de 2014, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região adotou os seguintes critérios para definição da lotação mínima das unidades judiciárias de 1º grau: a) quando a movimentação processual se situar na metade inferior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite inferior e b) quando a movimentação processual se situar na metade superior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite superior. A Administração estabeleceu como diretriz a utilização do número máximo de servidores previsto na Resolução CSJT 63/2010, sempre que possível, para cada faixa de movimentação processual das Varas do Trabalho.



Com base no exposto, o número atual de servidores da 19ª Vara do Trabalho de Porto Alegre está **de acordo** com os parâmetros previsto nas referidas normas.

### 2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidor (a)	Motivo	Nº de dias de Afastamento	Total (em dias)
<b>Allison Escouto Silva</b> (desde 13.04.2015)*	Curso ou Evento (CURS)	3	<b>3</b>
<b>Ana Luiza Von Schwarz da Silva</b>	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	3	<b>3</b>
<b>Andréia Oliveira Gonçalves</b>	Curso ou Evento (CURS)	1	<b>7</b>
	Dispensa Médica (DM)	1	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	5	
<b>Antônio Oliveira Pasqual Júnior</b>	-	-	-
<b>Bruna Suelen Bobrownik Oliveira</b>	Curso ou Evento (CURS)	1	<b>5</b>
	Dispensa Médica (DM)	1	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	3	
<b>Cristina Fialho Silveira</b> (desde 08.03.2016)*	-	-	-
<b>Daniela Brambila Magnus</b>	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	4	<b>4</b>
<b>Deise Maria de Araújo Leiria</b> (desde 1º.03.2016)*	-	-	-
<b>Felipe Moraes de Carvalho</b>	-	-	-
<b>Francielly de Aguiar Traslatti</b>	Curso ou Evento (CURS)	5	<b>6</b>
	Fruição dos Dias Trabalhados nas Eleições (TREF)	1	
<b>Leandro Abal Fiori</b>	-	-	-
<b>Paulo Roberto Teixeira</b>	-	-	-
<b>Rafaela Martins Pottes de Mello</b>	-	-	-
<b>Rodrigo Benati Barbosa</b>	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	5	<b>5</b>
<b>Viviane Rosa Clavijo</b>	Curso ou Evento (CURS)	4	<b>4</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 16.02.2016 e atualizado em 14.03.2016 para inclusão dos dados referentes às servidoras Cristina Fialho Silveira e Deise Maria de Araújo Leiria).

\* Servidor lotado na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correcionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.



## 2.2.4 Greve dos Servidores durante o Período Correccionado

Considerando sua influência nos dados estatísticos, registra-se o **movimento grevista deflagrado pelos servidores do Judiciário Federal no ano de 2015**. Na Vara do Trabalho inspecionada, houve restrição de horário do expediente externo **no período de 11 de junho a 15 de setembro de 2015**, mantida normalizada a prática de todos os demais atos processuais, totalizando mais de 3 meses de adesão à greve pelos servidores, conforme as Portarias nºs 01 e 02/2015, expedidas pelas Juíza Titular e Substituta lotada, respectivamente.

## 2.2.5 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

	Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Maira Izabel Dias Gaier	26.02.2013	<b>06.01.2015</b>	1 ano, 10 meses e 11 dias	Retorno à origem – TRT da 11ª Região
2	Rodrigo Fortes Saraiva	12.08.2014	<b>06.03.2016</b>	1 ano, 6 meses e 25 dias	Lotação na 15ª Vara do Trabalho de Porto Alegre – Assistente (FC02)

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 16.02.2016 e atualizado em 14.03.2016 em razão da saída do servidor Rodrigo Fortes Saraiva).

## 2.2.6 Estagiários

	Estagiária	Curso em Andamento	Período
1	Bruna Rigoni Rodrigues	Superior em Direito	<b>desde 12.05.2014 até 11.05.2016</b>
2	Priscila Maysonnave Gross	Superior em Direito	<b>desde 29.07.2015 até 28.07.2016</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 16.02.2016)

## 2.3 CAPACITAÇÃO

### 2.3.1 Capacitação da Juíza Titular e da Juíza Substituta lotada durante o Período Correccionado

Juíza		Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Titular	<b>Themis Pereira de Abreu</b>	-	-	-	-
Substituta lotada	<b>Fernanda Guedes Pinto Cranston Woodhead</b>	-	-	13,5	<b>13,5</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 24.02.2016 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de vinculação do Magistrado nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).





### 2.3.2 Capacitação dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidor (a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Allison Escouto Silva	-	20	-	20
Ana Luiza Von Schwarz da Silva	-	-	5	5
Andréia Oliveira Gonçalves*	-	-	40	40
Antônio Oliveira Pasqual Júnior	-	-	-	-
Bruna Suelen Bobrownik Oliveira	20	20	70	110
Cristina Fialho Silveira	-	-	24,5	24,5
Daniela Brambila Magnus	20	-	103,5	123,5
Deise Maria de Araújo Leiria	-	-	45,5	45,5
Felipe Moraes de Carvalho	-	-	172	172
Francielly de Aguiar Traslatti	-	-	144,5	144,5
Leandro Abal Fiori	-	-	-	-
Paulo Roberto Teixeira	-	-	-	-
Rafaela Martins Pottes de Mello	-	-	53	53
Rodrigo Benati Barbosa	-	-	-	-
Viviane Rosa Clavijo	-	-	29	29

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 16.02.2016 e atualizado em 14.03.2016 para inclusão dos dados referentes às servidoras Cristina Fialho Silveira e Deise Maria de Araújo Leiria) – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de lotação do servidor nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

\* Gestora da Unidade Judiciária.

## 3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

### 3.1 FAIXA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA UNIDADE

Nos termos dos anexos III e IV da Resolução nº 63/2010 do CSJT, foram estabelecidas faixas de movimentação processual para padronização estrutural e de pessoal dos órgãos de primeiro grau da Justiça do Trabalho. Para fins comparativos e de análise da evolução dos dados estatísticos, as Varas do Trabalho da 4ª Região foram classificadas conforme os critérios de movimentação processual estabelecidos naquela Resolução.

Em face disso, a 19ª Vara do Trabalho de Porto Alegre foi enquadrada na faixa de movimentação processual que vai de 1.501 a 2.000 processos por ano. Dessa forma, os dados estatísticos da Unidade serão comparados com a média das demais Unidades Judiciárias situadas na mesma faixa de movimentação processual constantes do quadro abaixo, bem como com a média de toda as unidades de 1ª instância de todo o TRT4.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Unidades Judiciárias com 1.501 a 2.000 processos por ano	2013	2014	2015	Média
Canoas - 05a Vara	1.413	1.512	1.598	1.507,67
Caxias do Sul - 01a Vara	1.623	1.864	2.108	1.865,00
Caxias do Sul - 02a Vara	1.604	1.870	2.023	1.832,33
Caxias do Sul - 03a Vara	1.627	1.883	2.077	1.862,33
Caxias do Sul - 04a Vara	1.582	1.861	2.059	1.834,00
Caxias do Sul - 05a Vara	1.611	1.846	2.063	1.840,00
Guaíba - 01a Vara	2.407	1.414	1.918	1.913,00
Porto Alegre - 01a Vara	1.514	1.627	1.710	1.617,00
Porto Alegre - 02a Vara	1.503	1.611	1.713	1.609,00
Porto Alegre - 03a Vara	1.512	1.595	1.727	1.611,33
Porto Alegre - 04a Vara	1.533	1.558	1.782	1.624,33
Porto Alegre - 05a Vara	1.511	1.618	1.715	1.614,67
Porto Alegre - 06a Vara	1.495	1.602	1.744	1.613,67
Porto Alegre - 07a Vara	1.515	1.567	1.732	1.604,67
Porto Alegre - 08a Vara	1.518	1.574	1.684	1.592,00
Porto Alegre - 09a Vara	1.531	1.589	1.761	1.627,00
Porto Alegre - 10a Vara	1.511	1.625	1.714	1.616,67
Porto Alegre - 11a Vara	1.520	1.688	1.776	1.661,33
Porto Alegre - 12a Vara	1.518	1.594	1.726	1.612,67
Porto Alegre - 13a Vara	1.523	1.597	1.679	1.599,67
Porto Alegre - 14a Vara	1.528	1.584	1.728	1.613,33
Porto Alegre - 15a Vara	1.499	1.643	1.779	1.640,33
Porto Alegre - 16a Vara	1.541	1.635	1.791	1.655,67
Porto Alegre - 17a Vara	1.532	1.597	1.715	1.614,67
<b>Porto Alegre - 19a Vara</b>	<b>1.508</b>	<b>1.598</b>	<b>1.704</b>	<b>1.603,33</b>
Porto Alegre - 20a Vara	1.534	1.592	1.710	1.612,00
Porto Alegre - 21a Vara	1.494	1.658	1.691	1.614,33
Porto Alegre - 22a Vara	1.505	1.568	1.727	1.600,00
Porto Alegre - 23a Vara	1.519	1.666	1.779	1.654,67
Porto Alegre - 24a Vara	1.527	1.599	1.702	1.609,33
Porto Alegre - 25a Vara	1.511	1.612	1.759	1.627,33





Porto Alegre - 26a Vara	1.522	1.592	1.784	1.632,67
Porto Alegre - 27a Vara	1.500	1.593	1.763	1.618,67
Porto Alegre - 28a Vara	1.516	1.586	1.711	1.604,33
Porto Alegre - 29a Vara	1.509	1.705	1.745	1.653,00
São Leopoldo - 01a Vara	1.573	1.935	1.970	1.826,00
São Leopoldo - 02a Vara	1.561	1.935	1.978	1.824,67
São Leopoldo - 03a Vara	1.571	1.959	1.956	1.828,67
São Leopoldo - 04a Vara	1.538	1.984	1.969	1.830,33
Torres - 01a Vara	1.534	1.752	1.659	1.648,33
Viamão - 01a Vara	1.483	1.577	1.837	1.632,33
<b>Unidades com 1.501 a 2.000 processos por</b>	<b>63.576</b>	<b>68.465</b>	<b>73.766</b>	<b>1.673,23</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 16.02.2016)

### 3.2 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

Situação	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
<b>Pendentes de finalização na fase de conhecimento*</b>	3.327	3.507	5,41%	3.553	1,31%
<b>Pendentes de finalização na fase de liquidação**</b>	574	533	-7,14%	535	0,38%
<b>Pendentes de finalização na fase de execução***</b>	2.361	2.173	-7,96%	2.190	0,78%
<b>Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução</b>	104	122	17,31%	119	-2,46%
<b>Total</b>	<b>6.366</b>	<b>6.335</b>	<b>-0,49%</b>	<b>6.397</b>	<b>0,98%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 16.02.2016)

\* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

\*\* Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

\*\*\* Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

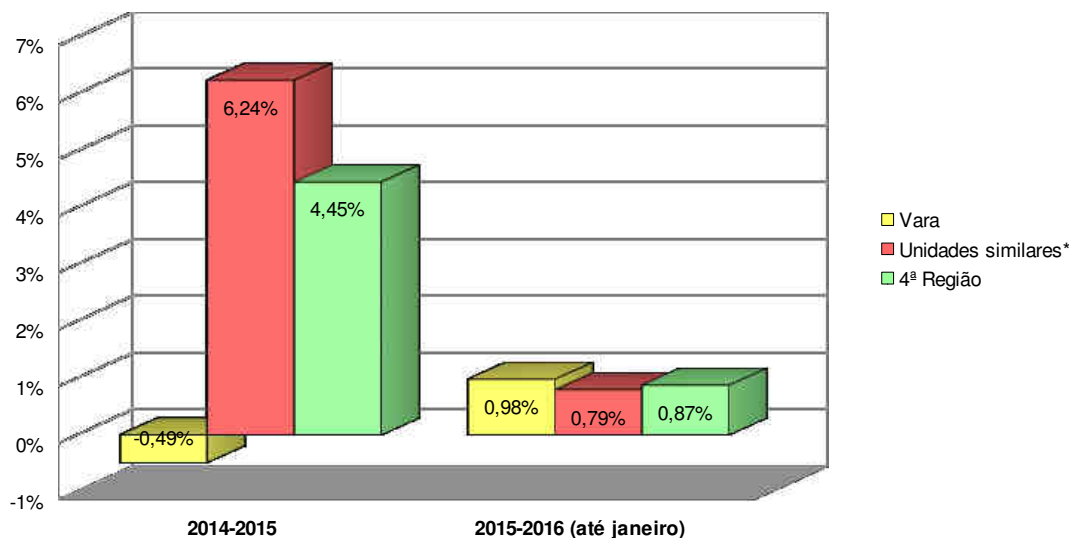
No ano de 2015, houve redução de 0,49% de processos tramitando na Unidade Judiciária. Em números de processos, a execução foi a fase que mais contribuiu para a diminuição desse estoque (redução de 188 processos); por sua vez, o acervo do conhecimento foi o que registrou maior aumento em número de processos (180, o que importa em um acréscimo de 5,41%) no



período sob análise, enquanto o acervo de cartas precatórias e de ordem registrou o maior aumento percentual (17,1%).

A variação do acervo de processos na 19ª Vara do Trabalho de Porto Alegre em 2015 destoou do resultado apresentado pelas demais unidades da mesma faixa de movimentação processual (as quais registraram elevação de 6,24% em seu acervo), bem como a média de toda a 4ª Região (na qual se verificou um aumento de 4,45% no número de processos em tramitação), como aponta o gráfico abaixo:

Variação do acervo de processos tramitando



### 3.3 FASE DE CONHECIMENTO

#### 3.3.1 Processos Pendentes de Solução

	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
<b>Casos novos</b>	1.598	1.704	6,63%	107	-93,72%
<b>Sentenças anuladas/reformadas</b>	5	3	-40,00%	0	-100,00%
<b>Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)*</b>	1.265	1.312	3,72%	53	-95,96%
<b>Processos pendentes de solução</b>	<b>1.562</b>	<b>1.993</b>	<b>27,59%</b>	<b>2.042</b>	<b>2,46%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 16.02.2016)

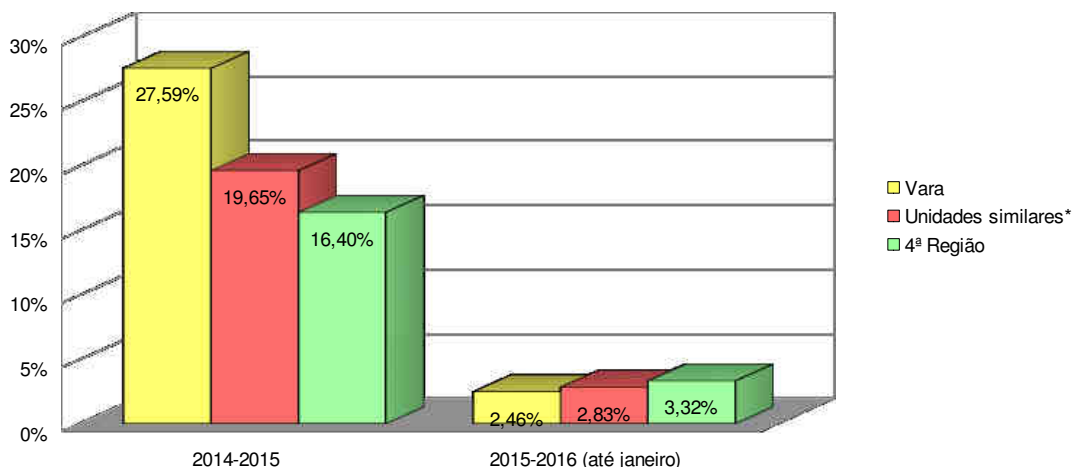
\* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

No ano de 2015, registrou-se uma elevação de 27,59% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 1.562 para 1.993 processos). Esse aumento foi superior à média das unidades de mesma faixa de movimentação processual (as quais registraram uma elevação de 19,65% em seu acervo médio), bem como à média de todo o regional (onde o número de processos pendentes na fase de conhecimento avançou 16,40%).



O principal fator que contribuiu para esse acréscimo no estoque foi o aumento de 6,63% na média mensal de casos novos, a qual passou de 133,17 processos, em 2014, para 142 processos, em 2015. Salienta-se, por relevante, que a média mensal de processos solucionados também apresentou elevação, passando de 105,42, em 2014, para 109,33, em 2015 – correspondendo a um aumento de 3,72%, índice insuficiente, contudo, para impedir o acréscimo no estoque.

Variação dos processos pendentes na fase de conhecimento



Ainda quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que em 31.12.2015 a maior parte destes (50,43%) se encontrava aguardando o encerramento da instrução processual. Além disso, convém destacar que, no período de 31.12.2014 a 31.12.2015, houve uma elevação de 44,89% no número de feitos aguardando a prolação de sentença com prazo vencido na Unidade (de 176 para 255 processos). Especificações no quadro abaixo:

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
<b>Aguardando 1ª sessão de audiência</b>	471	601	27,60%	664	10,48%
<b>Aguardando encerramento da instrução</b>	789	1.005	27,38%	1.004	-0,10%
<b>Aguardando prolação de sentença – no prazo</b>	126	132	4,76%	110	-16,67%
<b>Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido</b>	176	255	44,89%	264	3,53%
<b>TOTAL</b>	<b>1.562</b>	<b>1.993</b>	<b>27,59%</b>	<b>2.042</b>	<b>2,46%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 16.02.2016)



### 3.3.2 Processos solucionados em relação aos distribuídos\* e em relação aos pendentes de julgamento\*\*

Processos solucionados em relação aos distribuídos					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
<b>Porto Alegre – 19ª Vara</b>	79,16%	77,00%	-2,74%	49,53%	-35,67%
<b>Unidades similares*</b>	84,08%	87,00%	3,47%	68,00%	-21,84%
<b>TRT4 - 1ª Instância</b>	85,97%	89,11%	3,66%	63,67%	-28,55%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 16.02.2016)

\* Fórmula: [número de processos solucionados / processos recebidos]

Em 2015, foram solucionados na Unidade Judiciária 77% dos processos distribuídos no mesmo período, constatando-se uma redução de 2,74% em relação ao índice do ano anterior. Ademais, o índice da Unidade foi inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 10 e 12,11 pontos percentuais, respectivamente.

Processos solucionados em relação ao total de processos pendentes de julgamento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
<b>Porto Alegre – 19ª Vara</b>	44,32%	40,17%	-9,37%	2,52%	-93,72%
<b>Unidades similares*</b>	53,68%	53,42%	-0,49%	5,48%	-89,75%
<b>TRT4 - 1ª Instância</b>	55,85%	55,20%	-1,16%	5,51%	-90,02%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.02.2016)

\*\* Fórmula: [número de processos solucionados / (resíduo anterior + processos recebidos)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo de processos pendentes do período anterior, o índice de processos julgados pela 19ª Vara do Trabalho de Porto Alegre foi de 40,17% do número total de processos pendentes de julgamento, resultado 9,37% inferior ao verificado no ano anterior. Esse desempenho foi superado pela média das demais unidades da mesma faixa de movimentação processual em 13,25 pontos percentuais e menor que média de toda a 4ª Região em 15,03 pontos percentuais.

### 3.3.3 Processos Solucionados

Processos solucionados							
Tipo de solução		2014		2015		2016 (até 31.01)	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	<b>Conciliação</b>	478	37,79	493	37,58	19	35,85
	<b>Julgado procedente</b>	26	2,06	29	2,21	1	1,89
	<b>Julgado procedente em parte</b>	392	30,99	379	28,89	21	39,62
	<b>Julgado improcedente</b>	96	7,59	114	8,69	2	3,77



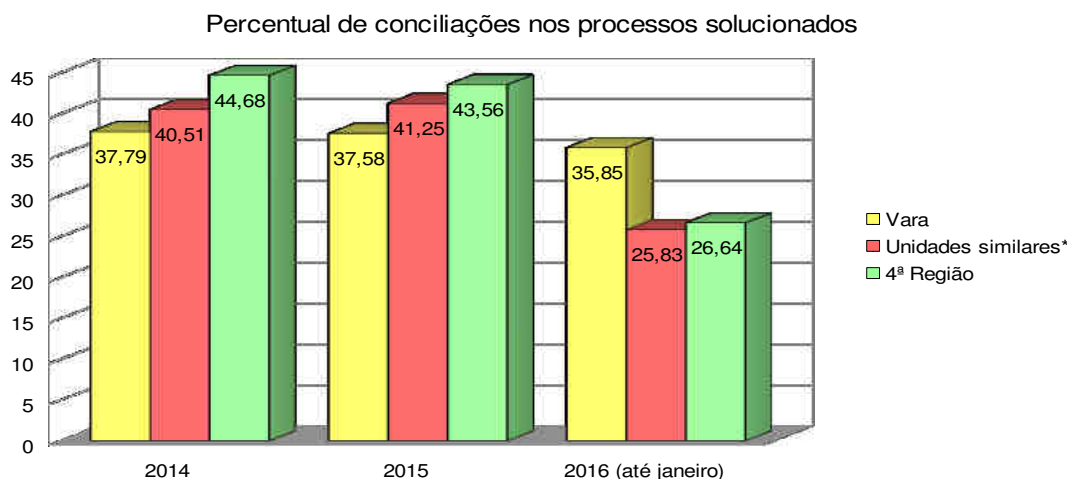
	<b>Extinto</b>	7	0,55	7	0,53	0	0,00
	<b>Outras decisões</b>	1	0,08	0	0,00	0	0,00
<b>Sem exame de mérito</b>	<b>Extinto</b>	31	2,45	25	1,91	0	0,00
	<b>Arquivamento (art. 844 CLT)</b>	184	14,55	219	16,69	8	15,09
	<b>Desistência</b>	45	3,56	45	3,43	2	3,77
	<b>Outras decisões</b>	5	0,40	1	0,08	0	0,00
	<b>TOTAL</b>	<b>1.265</b>	<b>100</b>	<b>1.312</b>	<b>100</b>	<b>53</b>	<b>100</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 16.02.2016)

Verificou-se aumento de 47 processos solucionados na Unidade Judiciária em 2015, na comparação com o ano anterior, o que representa um acréscimo de 3,72%. Esse índice se mostra aquém da média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, onde o aumento alcançou 13,51%, bem como em relação à média de todo o regional que, em 2015, apresentou um aumento de 8,13%

Dentre os tipos de solução, verificou-se incremento no número de decisões com resolução de mérito na Unidade, excluídas as homologações de acordo, no ano de 2014 foram proferidas 522 decisões com resolução de mérito na Unidade; em 2015, esse número alcançou 529 decisões, representando um aumento de 1,34%. Dessa forma, o desempenho da Unidade nesse quesito também foi inferior ao resultado médio obtido no conjunto das demais varas similares, que alcançou 6,86%, e inferior à média das unidades de primeira instância de toda a 4ª Região, que avançou 7,56%.

Finalmente, a análise do quadro acima demonstra pequeno aumento no número de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária. Em 2014, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 478, representando 37,79% dos processos solucionados. Já em 2015, o número total de conciliações subiu para 493, correspondendo a 37,58% das soluções na fase de conhecimento. Todavia, o índice foi inferior à média das unidades similares à correccionada, que foi de 41,25%, e à média regional de 2015, que foi de 43,56%, conforme explicitado no gráfico que segue:





### 3.4 FASE DE LIQUIDAÇÃO

#### 3.4.1 Processos pendentes de liquidação

	Liquidações				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
<b>Iniciadas</b>	527	514	-2,47%	19	-96,30%
<b>Encerradas</b>	563	539	-4,26%	9	-98,33%
<b>Pendentes</b>	<b>557</b>	<b>511</b>	<b>-8,26%</b>	<b>520</b>	<b>1,76%</b>
<b>Arquivo Provisório</b>	33	34	3,03%	34	0,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 16.02.2016)

O número de processos pendentes na fase de liquidação recuou de 557, em 2014, para 511, em 2015, importando em uma queda de 8,26%. Esse resultado destoou do índice médio verificado nas unidades com movimentação processual similar (+0,34%) e a média de toda a 4ª Região, cujo estoque de processos pendentes na fase de liquidação subiu de 27.329 em dezembro de 2014 para 28.935 em dezembro de 2015 (aumento de 5,90%).

A queda do estoque na fase de liquidação é justificada pela redução de 2,47% no número de liquidações iniciadas na Unidade na comparação entre esses 2014 e 2015. Constata-se, nessa senda, que o número de liquidações encerradas em 2015 superou em 4,86% o número de liquidações iniciadas no mesmo período, repetindo desempenho já verificado em 2014, quando a diferença entre as liquidações encerradas e iniciadas foi de 6,83%.

#### 3.4.2 Liquidações encerradas em relação às iniciadas\* e em relação ao total pendente de encerramento\*\*

	Liquidações encerradas em relação às iniciadas				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
<b>Porto Alegre – 19ª Vara</b>	106,83%	104,86%	-1,84%	47,37%	-54,83%
<b>Unidades similares*</b>	89,91%	88,77%	-1,27%	85,27%	-3,95%
<b>TRT4 - 1ª Instância</b>	87,92%	88,40%	0,55%	74,84%	-15,35%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 16.02.2016)

\* Fórmula: [número de liquidações encerradas / número de liquidações iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 104,86% das liquidações iniciadas no mesmo período, constatando-se uma redução de 1,84% em relação ao índice do ano anterior. Apesar da queda, contudo, o índice da Unidade foi superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 16,09 e 16,46 pontos percentuais, respectivamente.





Liquidações encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
<b>Porto Alegre – 19ª Vara</b>	49,47%	50,33%	1,73%	1,70%	-96,63%
<b>Unidades similares*</b>	54,99%	53,55%	-2,62%	7,64%	-85,73%
<b>TRT4 - 1ª Instância</b>	55,85%	54,30%	-2,78%	7,13%	-86,87%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 16.02.2016)

\*\* Fórmula: [número de liquidações encerradas / (liquidações pendentes do período anterior + liquidações iniciadas)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de liquidações encerradas pela 19ª Vara do Trabalho de Porto Alegre em 2015 foi de 50,33% do número total de liquidações a encerrar – resultado 1,73% superior ao verificado no ano anterior. Esse desempenho, no entanto, foi superado pela média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 – em 3,22 e 3,97 pontos percentuais, respectivamente.

### 3.5 FASE DE EXECUÇÃO

#### 3.5.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
<b>Entrada</b>	<b>Iniciadas</b>	701	626	-10,70%	20	-96,81%
	<b>Desarquivadas para prosseguimento</b>	641	258	-59,75%	2	-99,22%
<b>Saídas</b>	<b>Encerradas</b>	661	669	1,21%	30	-95,52%
	<b>Arquivadas Provisoriamente</b>	114	159	39,47%	0	-100,00%
<b>Pendentes</b>	<b>Exclusivamente crédito previdenciário</b>	56	34	-39,29%	35	2,94%
	<b>Demais</b>	1.462	1.390	-4,92%	1.378	-0,86%
	<b>Total</b>	<b>1.518</b>	<b>1.424</b>	<b>-6,19%</b>	<b>1.413</b>	<b>-0,77%</b>
<b>Saldo no arquivo Provisório</b>		952	845	-11,24%	843	-0,24%

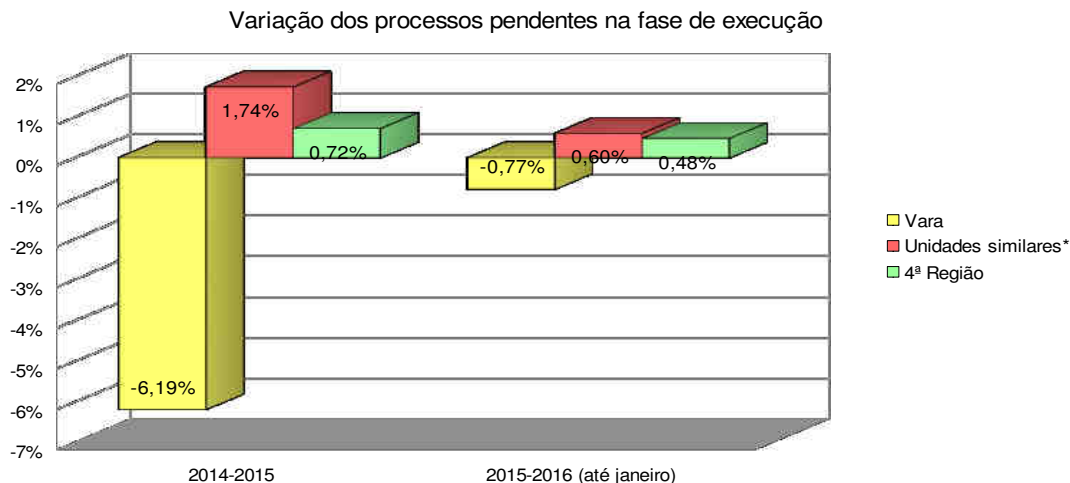
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 16.02.2016)

Em 2015, o estoque de execuções pendentes na 19ª Vara do Trabalho de Porto Alegre caiu de 1.518 para 1.424 processos, o que corresponde a um recuo de 6,19% em relação ao ano anterior. Esse percentual destoou positivamente do resultado das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual (aumento de 1,74% no estoque médio de execuções) e do índice verificado na 4ª Região no período em questão (a qual registrou um aumento de 0,72% em seu acervo médio).

O principal fator que contribuiu para essa queda foi a redução de 10,70% no número de execuções iniciadas na comparação com o ano anterior, do que resultou uma discrepância de 6,87% entre o número de execuções



iniciadas (626) e encerradas (669) no ano de 2015, invertendo situação verificada em 2014, quando o número de execuções iniciadas superou em 6,05% o de encerradas.



### 3.5.2 Execuções encerradas em relação às iniciadas\* e em relação ao total pendente de encerramento\*\*

Execuções encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
<b>Porto Alegre – 19ª Vara</b>	94,29%	106,87%	13,34%	150,00%	40,36%
<b>Unidades similares</b>	92,88%	78,62%	-15,36%	70,36%	-10,50%
<b>TRT4 - 1ª Instância</b>	95,90%	80,03%	-16,54%	63,77%	-20,32%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 16.02.2016)

\* Fórmula: [número de execuções encerradas / número de execuções iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 106,87% das execuções iniciadas no mesmo período, constatando-se uma majoração de 13,34% em relação ao índice do ano anterior. Ademais, o índice da Unidade foi superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 28,25 e 26,84 pontos percentuais, respectivamente.

Execuções encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
<b>Porto Alegre – 19ª Vara</b>	18,65%	21,61%	15,86%	1,31%	-93,93%
<b>Unidades similares*</b>	15,50%	15,81%	1,99%	1,27%	-91,95%
<b>TRT4 - 1ª Instância</b>	15,51%	15,39%	-0,79%	1,08%	-92,99%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 16.02.2016)

\*\* Fórmula: [número de execuções encerradas / (execuções pendentes do período anterior + número de execuções iniciadas)]



Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de execuções encerradas pela 19ª Vara do Trabalho de Porto Alegre em 2015 foi de 21,61% do número total de execuções a encerrar – resultado 15,86% maior que o verificado no ano anterior. Esse desempenho foi superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 5,80 e 6,22 pontos percentuais, respectivamente.

### 3.5.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

	BNDT				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
<b>Processos com inclusão de devedor no BNDT</b>	337	371	10,09%	56	-84,91%
<b>Processos com exclusão de devedor no BNDT</b>	276	222	-19,57%	5	-97,75%
<b>Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT</b>	<b>1.676</b>	<b>1.731</b>	<b>3,28%</b>	<b>1.770</b>	<b>2,25%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 16.02.2015)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela 19ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.01.2012 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 31.01.2016. Dessa consulta, resultou uma lista de **05 processos** com execução encerrada definitivamente e que ainda possuem devedores inscritos no BNDT, cuja situação processual se encontra descrita abaixo:

1	Processo nº 0000021-63.2012.5.04.0019
	<p><b>Situação processual:</b> Em 29.04.2015, foi proferido despacho determinando a devolução do mandado e o arquivamento dos autos com registro do débito previdenciário da reclamada. Em 18.08.2015, os autos foram arquivados definitivamente, sem registro de débitos da reclamada.</p> <p><b>Histórico BNDT:</b> Em 05.02.2015, a reclamada <i>Danceteria Thebest Ltda.</i> foi inserida no BNDT com a informação “sem garantia total do juízo”.</p>



2	Processo nº 0001097-59.2011.5.04.0019
<p><b>Situação processual:</b> Em 19.10.2015, foi certificado o decurso do prazo sem apresentação de embargos à execução pela reclamada, mesma data em que foi determinada a liberação dos valores devidos aos credores e o arquivamento dos autos. Em 23.11.2015, foi entregue alvarás ao reclamante e em 25.11.2015 foram juntados os comprovantes de recolhimentos previdenciários e fiscais. Em 10.12.2015, os autos foram arquivados definitivamente, sem registro de débitos pela reclamada.</p> <p><b>Histórico BNDT:</b> Em 24.10.2012, a reclamada <i>Joeplast Comércio de Plásticos Ltda.</i> foi inserida no BNDT com a informação “sem garantia integral do débito”.</p>	
3	Processo nº 0001212-17.2010.5.04.0019
<p><b>Situação processual:</b> Em 03.11.2015, foi proferido despacho que considerou integralmente cumprido o acordo e julgou extinta a execução. Na mesma data, foi inserido no sistema informatizado o andamento “extinta a execução”.</p> <p><b>Histórico BNDT:</b> Em 27.09.2012, a reclamada <i>Claudia Naimayer de Camillis</i> foi inserida no BNDT com a informação “sem garantia integral do débito”.</p>	
4	0063600-92.2006.5.04.0019, 0112800-20.1996.5.04.0019 (3 reclamadas)
<b>Situações processuais similares à da reclamatória nº 0001212-17.2010.5.04.0019.</b>	

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 16.02.2016)

Sinala-se, finalmente, que é do conhecimento desta Corregedoria que o sistema e-Gestão não está extraindo as informações de exclusão de devedores no BNDT nos processos judiciais eletrônicos (PJe-JT). Já foram solicitadas informações ao Comitê Gestor do e-Gestão acerca da matéria.

### 3.6 INCIDENTES PROCESSUAIS

	Incidentes processuais								
	2014			2015			2016 (até 31.01)		
	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes
<b>Embargos de declaração</b>	218	325	46	275	255	73	6	38	43
<b>Antecipações de tutela</b>	143	100	52	174	108	104	9	13	97
<b>Impugnações à sentença de liquidação</b>	47	19	60	123	57	128	8	5	131
<b>Embargos à execução</b>	103	101	107	233	124	217	22	18	221
<b>Embargos à arrematação</b>	0	0	0	1	0	1	0	0	1
<b>Embargos à adjudicação</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Exceções de pré-executividade</b>	12	11	18	10	13	14	2	1	15



(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 16.02.2016)

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 816 incidentes processuais em 2015 na Unidade Judiciária, o que corresponde a uma elevação de 56,02% em relação ao ano anterior. Percebe-se, também, que o número de incidentes processuais julgados manteve-se praticamente no mesmo patamar de 2014: 0,18% a mais, passando de 556 para 557; em face disso, o número total de incidentes processuais pendentes de decisão subiu de 283 para 537 processos. Destaca-se, por fim, que em 31.01.2016 o saldo de incidentes processuais pendentes de decisão alcançou 508 processos, saldo 5,40% inferior ao do final do período anterior – sendo que os embargos à execução são a espécie que correspondem à maior parte (43,50%) dos incidentes ainda pendentes.

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns não tiveram conclusões ao Juiz e/ou sem registro de sua decisão conforme apontamentos no quadro abaixo:

<b>1</b>	<b>Processo nº 0061800-92.2007.5.04.0019</b>
<b>Situação processual:</b> Em 30.09.2015, os reclamados apresentaram 3 <b>embargos à execução</b> . Por sua vez, em 03.11.2015, a reclamante apresentou <b>impugnação à sentença de liquidação</b> . Em 26.11.2015, foi apresentada petição de acordo entre as partes. Em 18.12.2015, foi proferido despacho homologatório do acordo apresentado, em cujo item 7 declarou prejudicado o julgamento dos embargos à execução e da impugnação à sentença de liquidação apresentados. Apesar disso, não foram lançados os andamentos informatizados que registram a decisão proferida no despacho pelo juiz, de forma que os incidentes processuais apresentados permanecem pendentes de decisão junto ao sistema e-gestão.	
<b>2</b>	<b>Processo nº 0114800-12.2004.5.04.0019</b>
<b>Situação processual:</b> Em 23.09.2011, foram apresentados embargos à execução pelo sócio da reclamada. Em 28.09.2011, foi proferido despacho que recebeu o incidente como exceção de. Em 25.10.2011, os autos foram conclusos para julgamento. Em 25.11.2011, foi proferido despacho que reconsiderou a decisão anterior e deixou de receber a manifestação, inclusive como exceção de pré-executividade, em face da falta de procuração do advogado que subscreveu a peça. No entanto, em face dos andamentos informatizados lançados, o sistema e-gestão registra pendências para esse processo de 1 embargos à execução e de 1 exceção de pré-executividade, desde 2011.	
<b>3</b>	<b>Processo nº 0115100-03.2006.5.04.0019</b>
<b>Situação processual:</b> Em 09.12.2008, foram apresentados embargos à penhora pela reclamada. Pelos despachos proferidos em 12.12.2008 e 04.02.2009, verifica-se que foi de plano conhecidas as suas razões, sem intimação da parte contrária. No entanto, não foi lançado no sistema informatizado, nem o andamento de conclusão, nem da decisão que acolheu referidos embargos, motivo pelo qual o incidente permanece pendente junto ao sistema e-gestão até a presente data.	

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 16.02.2016)

Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.



## **4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO**

### **4.1 FASE DE CONHECIMENTO**

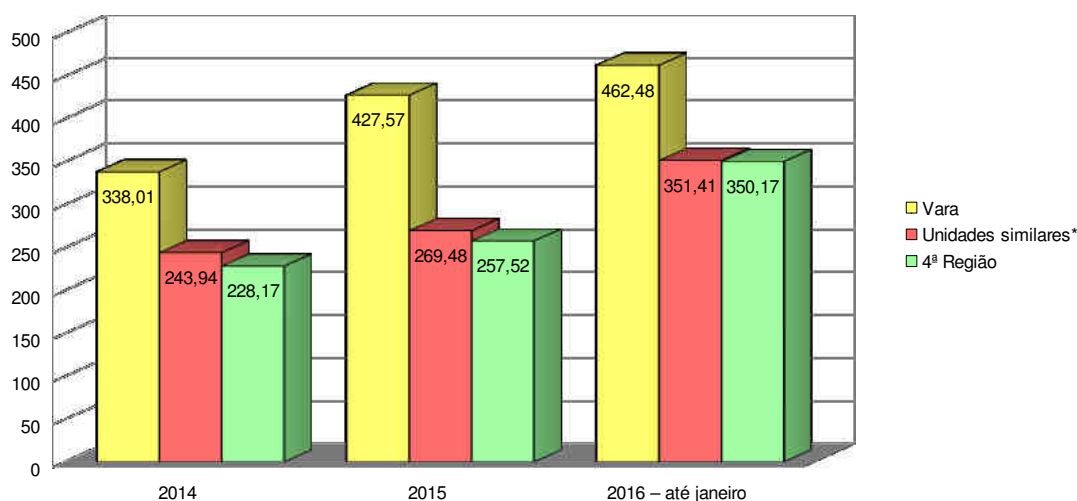
<b>Prazos médios (em dias)</b>						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
<b>Do ajuizamento da ação à prolação da sentença</b>	<b>Sumaríssimo</b>	163,05	261,38	60,31%	151,00	-42,23%
	<b>Ordinário</b>	362,38	449,45	24,03%	495,62	10,27%
	<b>Total</b>	<b>338,01</b>	<b>427,57</b>	<b>26,50%</b>	<b>462,48</b>	<b>8,16%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 16.02.2016)

No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença na 19ª Vara do Trabalho de Porto Alegre apresentou uma elevação de 26,50%, passando de 338,01 para 427,57 dias. No rito sumaríssimo, o prazo médio registrou aumento de 60,31% em relação à média do ano anterior, passando de 163,05 para 261,38 dias; por sua vez, o rito ordinário registrou um prazo médio de 449,45 dias em 2015, 24,03% mais moroso na comparação com 2014.

Ademais, o lapso médio de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2015 foi 58,66% mais moroso (158,09 dias) que a média das unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, e 66,04% mais moroso (170,05 dias) que a média de toda as Unidades de 1ª instância do TRT4, ampliando ainda mais diferença já verificada no ano de 2014. Especificações no gráfico abaixo:

Prazo médio total - fase de conhecimento







## 4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

		Prazos médios (em dias)				
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
Do início ao encerramento da liquidação	<b>Sumaríssimo</b>	355,57	353,48	-0,59%	-	-
	<b>Ordinário</b>	436,02	409,37	-6,11%	249,25	-39,11%
	<b>Total</b>	<b>429,51</b>	<b>405,98</b>	<b>-5,48%</b>	<b>249,25</b>	<b>-38,61%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 16.02.2016)

No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, foi de 353,48 dias, o que equivale a uma redução de 0,59% em relação à média do ano anterior. Por sua vez, no rito ordinário o prazo médio alcançou 409,37 dias, 6,11% mais célere na comparação com 2014.

Apesar da elevação registrada, constatou-se que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária em 2015 foi 81,02% mais moroso (181,70 dias) que o desempenho de todas as Varas Trabalhistas constantes da mesma faixa de movimentação processual e 87,87% mais lento (189,88 dias) na comparação com a média da 1ª instância de toda a 4ª Região. Especificações no gráfico abaixo.

Prazo médio total - fase de liquidação



## 4.3 FASE DE EXECUÇÃO

		Prazos médios (em dias)				
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
<b>Do início ao</b>	<b>Ente privado</b>	1.067,76	736,45	-31,03%	1.034,48	40,47%



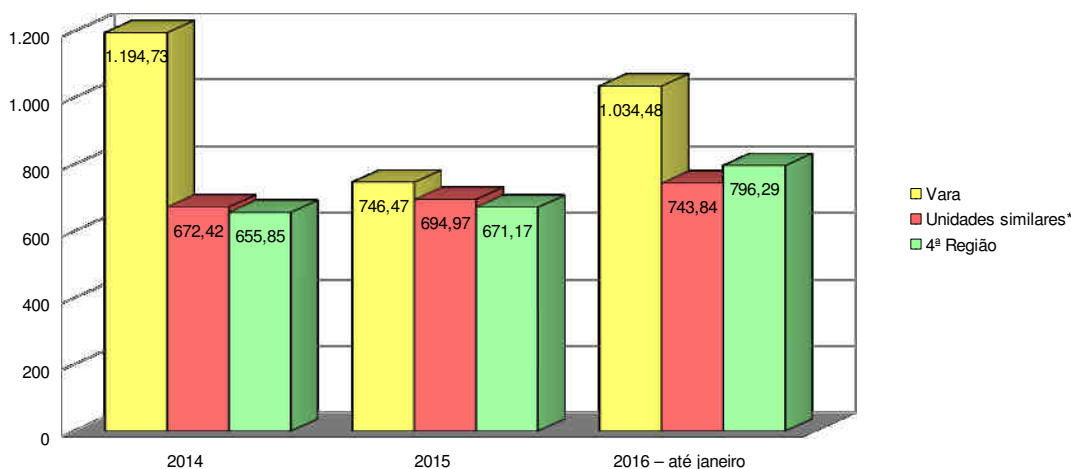
encerramento da execução	Ente público	2.946,92	913,82	-68,99%	-	-
	<b>Total</b>	<b>1.194,73</b>	<b>746,47</b>	<b>16,85%</b>	<b>1.034,48</b>	<b>38,58%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 16.02.2016)

O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da fase de execução, nos processos em que o executado era ente privado, recuou de 1.067,76 dias, em 2014, para 736,45 dias, em 2015. Por sua vez, quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução caiu de 2.949,92 dias, em 2014, para 913,82, em 2015.

Na comparação com os dados das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual em 2015, apresentados no gráfico abaixo, constatou-se que o tempo de tramitação total na fase de execução na 19ª Vara do Trabalho de Porto Alegre foi 7,41% mais moroso (51,50 dias), e prazo 11,22% mais longo (75,30 dias) que a média de toda a 4ª Região. Sinalase que a Unidade em 2015 apresentou desempenho bastante acima daquele verificado em 2014, quando a média de tempo de tramitação processual em execução na Unidade foi 77,68% mais morosas que as das demais unidades de faixa de movimentação processual similar, e 82,16% mais lenta que da média geral de todo o TRT4.

Prazo médio total - fase de execução



## 5 METAS

### 5.1 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

**5.1.1 Meta 1:** “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 31.12.2015	Solucionados até 31.12.2015	%	Resultado
1.704	1.312	77,00%	<b>Meta não cumprida</b>



**5.1.2 Meta 2:** “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

META 2/2015 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2013	Processos distribuídos até 31.12.2013 e julgados entre 1º.01.2014 e 31.12.2015	%	Resultado
977	954	97,65%	<b>Meta cumprida</b>

**5.1.3 Meta 5:** “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015	Execuções baixadas* em 2015	Grau de Cumprimento	Resultado
624	881	<b>141,19%</b>	<b>Meta cumprida</b>

\* Segundo o Glossário das Metas de 2015, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

**5.1.4 Meta 6:** “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ			
Ações coletivas não julgadas até 31.12.2012 (exceto os suspensos)	Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 e julgadas entre 1º.01.2013 e 31.12.2015	Grau de cumprimento	Resultado
7	7	<b>100,00%</b>	<b>Meta cumprida</b>

**5.1.5 Meta 7:** “Identificar e reduzir em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

META 7/2015 CNJ				
Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo de processos tramitando em 31.12.2015	Valor a ser alcançado	Resultado
1º Wms Supermercados do Brasil Ltda.	45	50	<b>44</b>	<b>Meta não cumprida</b>
2º Estado do Rio Grande do Sul	29	35	<b>28</b>	<b>Meta não cumprida</b>
3º Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	30	16	<b>29</b>	<b>Meta cumprida</b>



4º	Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	6	7	5	Meta não cumprida
5º	União	22	18	21	Meta cumprida
6º	OI S.A.	23	33	22	Meta não cumprida
7º	Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	33	9	32	Meta cumprida
8º	Caixa Econômica Federal - CEF	11	21	10	Meta não cumprida
9º	Banco do Brasil S.A.	15	13	14	Meta cumprida
10º	Hospital Nossa Senhora da Conceição	39	49	38	Meta não cumprida

### 5.1.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015	Prazo médio que deveria ter sido alcançado em 2015	Resultado
228,17	338,01	427,57	334,63	Meta não cumprida

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015	Meta para 2015	Resultado
Total de acordos	488	478	483	493	488	Meta cumprida

## 5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2016

5.2.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2016 CNJ			
Distribuídos até 31.01.2016	Solucionados até 31.01.2016	%	Resultado parcial (até janeiro)
107	53	49,53%	Período insuficiente para averiguação do



			<b>cumprimento da meta</b>
--	--	--	----------------------------

**5.2.2 Meta 2:** “Julgar, até 31.12.2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2014”.

<b>META 2/2015 CNJ</b>			
Processos não julgados até 31.12.2014	Processos distribuídos até 31.12.2014 e julgados entre 01.01.2015 e 31.01.2016	%	Resultado parcial (até janeiro)
1.546	923	<b>59,70%</b>	<b>Meta ainda não cumprida</b>

**5.2.3 Meta 3:** “Aumentar em 2% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

<b>META 3/2016 CNJ</b>						
	2013	2014	Média 2013/2014	2016 (até 31.01)	Meta para 2016	Resultado parcial (até janeiro)
<b>Total de acordos</b>	488	478	483	19	<b>493</b>	<b>Período insuficiente para averiguação do cumprimento da meta</b>
<b>Média mensal de acordos</b>	40,67	39,83	40,25	19,00	<b>41,08</b>	

**5.2.4 Meta 5:** “Baixar, em 2016, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

<b>META 5/2016 CNJ</b>			
Casos novos de execução em 2016	Execuções baixadas* em 2016 (até 31.01)	Grau de Cumprimento	Resultado parcial (até janeiro)
20	4	<b>20,00%</b>	<b>Período insuficiente para averiguação do cumprimento da meta</b>

\* Segundo o Glossário das Metas de 2016, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

**5.2.5 Meta 6:** “Identificar e julgar até 31.12.2016 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2013, no primeiro grau, e até 31.12.2014, no segundo grau”.

<b>META 6/2016 CNJ</b>			
Ações coletivas não julgadas até 31.12.2013 (exceto os suspensos)	Ações coletivas distribuídas até 31.12.2013 e julgadas entre 1º.01.2014 e 31.01.2016	Grau de cumprimento	Resultado
11	10	<b>90,91%</b>	<b>Meta ainda não cumprida</b>



1

Processo nº 0000969-68.2013.5.04.0019

**Situação processual:** Processo concluso para prolação de sentença com a Juíza Titular Themis Pereira de Abreu desde 04.11.2015.

**5.2.6 Meta 7:** “Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

META 7/2016 CNJ					
Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2015		Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2015	Acervo atual (31.01.2016)	Número máximo de processos tramitando em 31.12.2016 para alcance da meta	Resultado parcial (até janeiro)
1º	Wms Supermercados do Brasil Ltda.	50	53	49	<b>Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta</b>
2º	Estado do Rio Grande do Sul	35	39	34	
3º	Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	16	17	15	
4º	Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	7	6	6	
5º	União	18	20	17	
6º	OI S.A.	33	36	32	
7º	Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	9	8	8	
8º	Caixa Econômica Federal - CEF	21	23	20	
9º	Banco do Brasil S.A.	13	10	12	
10º	Hospital Nossa Senhora da Conceição	49	55	48	

## 6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

### 6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às segundas, terças, quartas e quintas pela manhã e pela tarde. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo.

J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
<b>Manhã</b>	7 (I) 3 (P) 1 (U)	7 (I) 3 (P) 1 (U)	7 (I) 3 (P) 1 (U)	7 (I) 3 (P) 1 (U)	-





Tarde	-	-		-	-
-------	---	---	--	---	---

(Fonte: Informação da Diretora de Secretaria em 15.03.2016)

J2	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	-	-	-	-	-
Tarde	7 (I) 3 (P) 1 (U)	7 (I) 4 (P) 1 (U)	7 (I) 4 (P) 1 (U)	7 (I) 3 (P) 1 (U)	-

(Fonte: Informação da Diretora de Secretaria em 15.03.2016)

Legenda:

I – Audiências iniciais de rito ordinário

U – Audiências unas de rito sumaríssimo

P – Audiências de prosseguimento

CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias

E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução

## 6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última Data Marcada		Próxima Data Livre	
	J1	J2	J1	J2
Inicial	19.07.2016	22.06.2016	20.07.2016	22.06.2016
Una Sumaríssimo	21.06.2016	20.06.2016	22.06.2016	03.06.2016
Instrução	06.06.2017	04.04.2017	05.12.2016	22.09.2016
Tentativa de acordo em execução	-	-	-	-

(Fonte: Informação da Diretora de Secretaria em 15.03.2016)

## 6.3 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.01)	Varição 2015-2016
Do Ajuizamento da Ação até a Realização da 1ª Audiência	Sumaríssimo	99,44	99,94	0,50%	125,60	25,68%
	Ordinário	111,27	122,12	9,75%	142,53	16,71%
	Total	109,97	120,16	9,26%	140,11	16,61%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.02.2016)

O prazo médio das audiências iniciais no rito sumaríssimo teve seu prazo médio mantido na casa dos 99 dias, em 2015, registrando pequeno aumento de 0,50% em relação ao prazo de 2014. Outrossim, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário subiu de 111,27 dias, em 2014, para 122,12 dias, em 2015 (elevação de 9,75%).



É oportuno esclarecer, ainda, que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada. O exame do tópico, portanto, deve ser realizado de forma conjunta com o item anterior, no qual constam informações sobre as pautas efetivamente disponíveis em consulta ao livro pauta no momento da inspeção.

De toda sorte, a média está bem aquém do necessário, razão pela qual devem ser incluídos um maior número de processos na pauta, de segunda a quinta-feira.

#### 6.4 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS DE ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.01)	Varição 2015-2016
Da Realização da 1ª Audiência até o Encerramento da Instrução	Sumaríssimo	40,72	63,78	56,63%	0,00	-100,00%
	Ordinário	174,74	225,80	29,22%	282,27	25,01%
	<b>Total</b>	<b>157,04</b>	<b>209,02</b>	<b>33,10%</b>	<b>249,06</b>	<b>19,16%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.02.2016)

As audiências de prosseguimento no rito sumaríssimo, quando necessário, tiveram o prazo elevado de 40,72 dias, em 2014, para 63,78 dias, em 2015 (56,63%). Ademais, o rito ordinário registrou aumento da média de 174,74 dias em 2014, para 225,80 dias, em 2015 (29,22%).

Impõe-se, nesse contexto, a inclusão de mais processos na pauta, de segunda a quinta-feira, a fim de reduzir tais prazos.

#### 6.5 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

Juiz (a)	2015				TOTAL
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	
<b>Fernanda Guedes Pinto Cranston Woodhead</b>	684	459	64	12	<b>1.219</b>
<b>Laura Balbuena Valente Gabriel</b>	26	12	1	0	<b>39</b>
<b>Rafael Moreira de Abreu</b>	62	29	4	0	<b>95</b>
<b>Themis Pereira de Abreu</b>	719	405	55	5	<b>1.184</b>
<b>(Juiz não informado)</b>	0	0	1	0	<b>1</b>
<b>Total</b>	<b>1.491</b>	<b>905</b>	<b>125</b>	<b>17</b>	<b>2.538</b>



2016 (até 31.01)					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
<b>Fernanda Guedes Pinto Cranston Woodhead</b>	24	7	5	0	<b>36</b>
<b>Themis Pereira de Abreu</b>	10	4	0	0	<b>14</b>
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>11</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>50</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 16.02.2016)

## 6.6 AUDIÊNCIAS REDESIGNADAS E CANCELADAS

Em decorrência de um Pedido de Providências (autuado sob o nº 0000541-41.2016.5.04.0000) e de um Protocolo Eletrônico (nº 10848765/16), foi realizado o levantamento das pautas redesignadas e canceladas na 19ª Vara do Trabalho, por motivo de força maior no período correccionado:

DATA	Audiências Redesignadas/Canceladas	Pauta integral ou parcial
19.02.2015	4	Integral
24.02.2015	10	Integral
26.02.2015	11	Integral
03.03.2015	10	Integral
04.03.2015	21	Integral
06.04.2015	4	<b>Parcial</b>
07.04.2015	10	Integral
08.04.2015	13	Integral
09.04.2015	12	Integral
15.04.2015	12	Integral
28.05.2015	8	Integral
03.06.2015	10	Integral
16.06.2015	12	Integral
17.06.2015	12	Integral
19.06.2015	7	<b>Parcial</b>
24.06.2015	11	Integral
06.07.2015	11	Integral
21.07.2015	11	Integral
22.07.2015	9	Integral
23.07.2015	9	Integral
03.08.2015	11	Integral
06.08.2015	2	Integral
12.08.2015	8	Integral
28.10.2015	9	Integral
10.11.2015	13	Integral
11.11.2015	13	Integral



16.11.2015	12	Integral
17.11.2015	11	Integral
19.11.2015	12	Integral
23.11.2015	13	Integral
07.12.2015	9	Integral
17.12.2015	12	Integral
26.01.2016	12	Integral
27.01.2016	13	Integral
28.01.2016	11	Integral
<b>Total</b>	<b>368</b>	

Conforme consulta realizada no sistema PJe, no período compreendido entre 19.02.2015 e 18.02.2016, constata-se que houve 368 redesignações ou cancelamentos de audiências em 35 dias; em 33 dias foi adiada a integralidade da pauta e em dois dias foi adiada parte da pauta. Nas duas situações (redesignações e cancelamentos) houve a certificação nos autos pelo secretário de audiência informando como motivo “força maior”. Observa-se que as redesignações e cancelamentos de audiências ocorreram na pauta da Juíza Titular Themis Pereira de Abreu. Na maioria dos processos houve a redesignação de data para audiência, no entanto, as audiências canceladas dos dias 22 e 23.07.2015 permaneceram *sine die*. Nestes dias (22 e 23.07), há informação de Licença para Tratamento de Saúde (LTS) para pessoa da família concedidas à Juíza Titular.

Registra-se que o processo nº 0020458-23.2015.5.04.0019, autuado em 13.04.2015, até a data da correição não teve audiência inicial realizada, pois em 12.08.2015 foi cancelada; em 10.09.2015, 23.10.2015, 17.12.2015 e 1º.02.2016 foram redesignadas e está designada audiência para dia 15.04.2016.

## 6.7 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1, 6.5 e 6.6 do presente relatório, e também por meio da visita correcional.

Registre-se que no período de recesso estendido, conquanto não tenha havido audiências, foram proferidos despachos, decisões e sentenças regularmente.

Chama atenção que a Juíza Titular, conquanto estivesse em LTS por 20 dias a partir de 27.01.2016, assinou despachos e sentença no período.

Constata-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4 e 6.6, os juízes comparecem para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.



## 6.8 PROCESSOS SOLUCIONADOS

2015						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
<b>Adriana Kunrath</b>	-	1	0	1	-	<b>1</b>
<b>Cláudia Elisandra de Freitas Carpenedo</b>	-	3	0	3	-	<b>3</b>
<b>Eduardo Batista Vargas</b>	1	0	0	1	1	<b>2</b>
<b>Fernanda Guedes Pinto Cranston Woodhead</b>	245	232	3	480	100	<b>580</b>
<b>Laura Balbuena Valente Gabriel</b>	4	1	0	5	-	<b>5</b>
<b>Marcelo Bergmann Hentschke</b>	-	0	0	0	7	<b>7</b>
<b>Marcos Rafael Pereira Piscino</b>	-	1	0	1	-	<b>1</b>
<b>Rafael Moreira de Abreu</b>	4	18	0	22	10	<b>32</b>
<b>Themis Pereira de Abreu</b>	239	266	4	509	172	<b>681</b>
<b>Total</b>	<b>493</b>	<b>522</b>	<b>7</b>	<b>1.022</b>	<b>290</b>	<b>1.312</b>

2016 (até 31.01)						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
<b>Fernanda Guedes Pinto Cranston Woodhead</b>	14	18	0	32	1	<b>33</b>
<b>Themis Pereira de Abreu</b>	5	6	0	11	9	<b>20</b>
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>24</b>	<b>0</b>	<b>43</b>	<b>10</b>	<b>53</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 16.02.2016)

## 6.9 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS NA DATA DA CORREIÇÃO

Esta Corregedoria dá ênfase às sentenças não proferidas no prazo de 50 dias, em atenção à Recomendação CGJT nº 01/2013.

A Juíza Titular **Themis Pereira de Abreu** possui **193 processos** pendentes de sentença com mais de cinquenta dias. A conclusão mais antiga ocorreu em 11.03.2015.

A Juíza Substituta Lotada **Fernanda Guedes Pinto Cranston Woodhead** possui **196** processos fora do prazo, cuja conclusão mais antiga ocorreu em 13.07.2015.

A Juíza Substituta **Laura Balbuena Valente Gabriel** possui **06** processos pendentes de sentença com prazo vencido, sendo o mais antigo de 14.05.2015.

Não se constatou processos pendentes de sentença há mais de 50 dias em relação aos demais juízes que atuaram na unidade.

No total, são **395** processos conclusos para sentença há mais de 50 dias, na Unidade.



(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 em 14.03.2016 com dados consolidados pelo Projeto até o dia 10.03.2016. Mais de 50 dias: 23.01.2016)

## **7 ROTINAS DE SECRETARIA**

Conforme informações prestadas pela Diretora de Secretaria, o trabalho que envolve os processos físicos é realizado por tarefa, enquanto nos processos eletrônicos PJE é realizado por carteira. A estagiária auxilia em diversas rotinas de Secretaria, inclusive na elaboração de ofícios. O atendimento ao balcão é feito em forma de rodízio entre os servidores. A Diretora salientou que embora tenha diminuído o número de atendimentos no balcão em virtude do PJe, houve um aumento de atendimento por telefone, para sanar dúvidas dos advogados envolvendo o processo eletrônico. Por fim, relatou que a certificação do prazo está em atraso devido à remoção do servidor anteriormente designado e está em dificuldades para encontrar substituto. Referido servidor foi removido em março de 2016.

### **7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES E OFÍCIOS**

As notificações e ofícios estão sendo cumpridos com despacho assinado em 14.03.2016.

### **7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, PRECATÓRIOS E RPV'S**

A expedição de mandados, precatórios e RPV's está em dia, restando 3 processos pendentes de expedição de precatórios.

### **7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS**

Os alvarás para os reclamantes estão em dia.

Quanto aos alvarás para reclamadas, peritos, pagamento de custas processuais, classificados na unidade como "diversos" estão sendo realizados aqueles com data do último despacho em 25.02.2016.

### **7.4 JUNTADA DE PETIÇÕES**

A juntada das petições é realizada pelas estagiárias e estão sendo realizadas aquelas protocoladas no dia 19.02.2015.

### **7.5 DESPACHOS DE PROTOCOLO**

Na data da correição estavam sendo realizados os despachos das petições protocoladas em 11.02.2015.

### **7.6 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO**

A certificação do prazo está sendo realizado nos processos com prazos vencidos em dezembro/2015.





## 7.7 REMESSA DE AUTOS AO TRT

A remessa ao TRT ocorre uma vez por semana. Por ocasião da correição havia 12 processos pendentes para encaminhamento.

## 7.8 CONVÊNIOS

A Secretaria utiliza todos os convênios disponibilizados pelo TRT.

## 7.9 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

A remessa de processos ao arquivo é realizada mensalmente.

Por ocasião da correição havia vários lotes prontos para remessa ao arquivo.

## 7.10 EXAME DOS LIVROS

### 7.10.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0001358-58.2010.5.04.0019*1	17.11.2014	1 ano e 3 meses
2	0119600-93.1998.5.04.0019*2	26.05.2015	8 meses e 21 dias
3	0133500-31.2007.5.04.0019*3	20.07.2015	6 meses e 27 dias
4	0042600-31.2009.5.04.0019*3	25.08.2015	5 meses e 22 dias
5	0000411-33.2012.5.04.0019*3	21.09.2015	4 meses e 26 dias
6	0000457-56.2011.5.04.0019*3	25.09.2015	4 meses e 22 dias
7	0123800-60.2009.5.04.0019*3	1º.10.2015	4 meses e 16 dias
8	0000854-81.2012.5.04.0019*3	05.10.2015	4 meses e 12 dias
9	9999900-45.2001.5.04.0019*3	05.10.2015	4 meses e 12 dias
10	0000467-03.2011.5.04.0019*3	16.10.2015	4 meses
11	0001076-49.2012.5.04.0019*3	22.10.2015	3 meses e 25 dias
12	0000927-24.2010.5.04.0019*3	11.11.2015	3 meses e 6 dias
13	0122200-04.2009.5.04.0019*3	11.11.2015	3 meses e 6 dias
14	0001120-34.2013.5.04.0019*3	23.11.2015	2 meses e 24 dias
15	0106200-31.2006.5.04.0019*3	23.11.2015	2 meses e 24 dias
16	0096500-12.1998.5.04.0019*3	30.11.2015	2 meses e 17 dias
-	0060500-76.1999.5.04.0019	14.12.2015	Houve dilação de prazo, sem informação de data final no inFOR.
17	0087900-31.2000.5.04.0019	08.01.2016	1 mês e 9 dias
18	0001334-93.2011.5.04.0019	20.01.2016	27 dias
19	0000711-29.2011.5.04.0019*4	20.01.2016	27 dias



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

20	0011100-15.2007.5.04.0019	<b>21.01.2016</b>	26 dias
21	0054300-04.2009.5.04.0019	<b>21.01.2016</b>	26 dias
22	0009300-69.1995.5.04.0019	<b>25.01.2016</b>	22 dias
23	0001194-59.2011.5.04.0019*4	<b>26.01.2016</b>	21 dias
24	0000261-18.2013.5.04.0019	<b>28.01.2016</b>	19 dias
25	0000559-10.2013.5.04.0019	<b>1º.02.2016</b>	16 dias
26	0000747-08.2010.5.04.0019*4	<b>1º.02.2016</b>	16 dias
27	0000811-81.2011.5.04.0019	<b>1º.02.2016</b>	16 dias
28	0001120-05.2011.5.04.0019	<b>1º.02.2016</b>	16 dias
29	0001406-80.2011.5.04.0019	<b>1º.02.2016</b>	16 dias
30	0000040-35.2013.5.04.0019	<b>1º.02.2016</b>	16 dias
31	0001327-38.2010.5.04.0019	<b>1º.02.2016</b>	16 dias
32	0000025-03.2012.5.04.0019*4	<b>05.02.2016</b>	12 dias
33	0090800-69.2009.5.04.0019*4	<b>05.02.2016</b>	12 dias
34	0139700-54.2007.5.04.0019	<b>05.02.2016</b>	12 dias
35	0001304-58.2011.5.04.0019*4	<b>05.02.2016</b>	12 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 16.02.2016)

**\*1 O processo nº 0001358-58.2010.5.04.0019 já constou no relatório correcional de 2015 como pendente de carga vencida ao advogado, sendo que foi proferido despacho e expedida notificação para a reclamada apresentar as peças necessárias para a restituição dos autos em novembro de 2015, não havendo andamento posterior desde então (mais de 3 meses sem providências pela Secretaria – processo extraviado há mais de 1 ano e 3 meses).**

**\*2 O processo nº 0119600-93.1998.5.04.0019 já constou no relatório correcional de 2015 como pendente de carga vencida ao advogado, sendo que foi proferido despacho e expedida notificação para devolução dos autos em outubro de 2015, ainda não devolvido nem reiterada a cobrança dos autos desde então (mais de 4 meses sem providências pela Secretaria).**

**\*3 Processos nos quais não há nenhuma cobrança dos autos pela Secretaria desde a retirada dos autos em carga pelo advogado (entre 2 meses e 17 dias e mais de 6 meses e 27 dias de tempo excedido para devolução dos autos).**

**\*4 Processos nos quais constam petição do procurador do reclamante/reclamada requerendo dilação de prazo ainda não apreciada pelo Juízo.**

De registrar que, apesar de advertida nos relatórios das correções ordinárias de 2014 e 2015, a Unidade Judiciária não adotou o procedimento de cobrar regularmente os processos com carga vencida, permitindo que os autos permaneçam longos períodos sem possibilidade de consulta e/ou movimentação, prática danosa aos princípios da celeridade e da razoável duração do processo.

### 7.10.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0000401-52.2013.5.04.0019	<b>04.12.2015</b>	<b>2 meses e 13 dias</b>



2	0001283-19.2010.5.04.0019	<b>04.12.2015</b>	<b>2 meses e 13 dias</b>
3	0000312-63.2012.5.04.0019	<b>09.12.2015</b>	<b>2 meses e 8 dias</b>
4	0000629-95.2011.5.04.0019	<b>11.12.2015</b>	<b>2 meses e 6 dias</b>
5	0000089-13.2012.5.04.0019	<b>11.12.2015</b>	<b>2 meses e 6 dias</b>
6	0000899-22.2011.5.04.0019	<b>19.12.2015</b>	<b>1 mês e 28 dias</b>
7	0001519-34.2011.5.04.0019	<b>11.01.2016</b>	1 mês e 6 dias
8	0021100-40.2008.5.04.0019	<b>27.01.2016</b>	20 dias
9	0001262-43.2010.5.04.0019	<b>1º.02.2016</b>	16 dias
10	0031500-60.2001.5.04.0019	<b>1º.02.2016</b>	16 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 16.02.2016)

De registrar que, apesar de advertida nos relatórios das correições ordinárias de 2014 e 2015, a Unidade Judiciária não adotou o procedimento de cobrar regularmente os processos com carga vencida, permitindo que os autos permaneçam longos períodos sem possibilidade de consulta e/ou movimentação, prática danosa aos princípios da celeridade e da razoável duração do processo.

### 7.10.3 Mandados – Prazos Vencidos há mais de 10 dias

	Carga OJ	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução do Mandado
1	019-00652/15	0117700-26.2008.5.04.0019	<b>29.01.2016</b>	18 dias
2	019-00661/15	0110000-62.2009.5.04.0019	<b>29.01.2016</b>	18 dias
3	019-00670/15	0106800-47.2009.5.04.0019	<b>04.02.2016</b>	13 dias
4	019-00674/15	0019100-33.2009.5.04.0019	<b>04.02.2016</b>	13 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 16.02.2016)

## **8 EXAME DOS PROCESSOS**

Para as análises realizadas nos itens seguintes, foram extraídas duas listagens distintas no sistema inFOR. No item 8.1, são analisados 12 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 50 processos aleatórios gerada pelo Sistema e disponibilizada para fins de correição à Assessoria Jurídica da Corregedoria. Para a análise do item 8.2, extraiu-se do sistema inFOR, em 16.02.2016, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou **869 processos**. Esse item verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.



## 8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

<b>1 0000429-20.2013.5.04.0019</b>
<p><b>Aspectos gerais dos autos*:</b> termos de juntada firmados por estagiário (fls. 615-v e 619-v), a não inutilização de verso da folha em branco como por ex. 612 e 614. Ausente a numeração da folha situada entre 643 e 645.</p> <p><b>Movimentação processual:</b> homologação dos cálculos de liquidação e determinação para citação em 21.10.2015 (fl. 668), a qual foi expedida em 30.11.2015 (fl. 670); devolvida a notificação com a informação de “mudou-se”, os autos foram feitos conclusos em 15.02.2016. A determinação para realização de penhora via BacenJud somente foi cumprida em 07.03.2015. Os autos permaneceram sem qualquer impulso no período de 30.11.2015 e 15.02.2016.</p>
<b>2 0000211-60.2011.5.04.0019</b>
<p><b>Aspectos gerais dos autos*:</b> termo de juntada (fl. 539-v), certidão da fl. 609-v, além dos termos de encerramento e abertura de volumes, fls. 610 e 611 e notificação ao reclamante fl. 612, todos firmados por estagiária.</p> <p><b>Movimentação processual:</b> petição das fls. 540 e segs. protocolada em 19.01.2016, juntada aos autos em 16.02.2016; notificação da parte contrária para manifestação em 03.03.2016.</p>
<b>3 0083300-54.2006.5.04.0019</b>
<p><b>Aspectos gerais dos autos*:</b> carga dos autos concedida com assinatura da estagiária (fl. 581).</p> <p><b>Movimentação processual:</b> embargos à execução contestados em 10.11.2014 (fl. 562); inexistência nos autos a certidão de conclusão; há apenas o termo de juntada da decisão de fl. 564 (fl. 563-v) com data de 01.07.2015. Notificação às partes em 05.08.2015 (fls. 565/566); petição protocolada em 29.02.16 e juntada em 08.03.2016.</p>
<b>4 0085800-59.2007.5.04.0019</b>
<p><b>Aspectos gerais dos autos*:</b> certidão firmada por estagiária à fl. 598; termo de juntada com identificação ilegível à fl. 600-v; ofícios recebidos às fls. 601 e 607 sem registro de data de protocolo.</p> <p><b>Movimentação processual:</b> notificação à reclamada expedida em 10.03.2015 (fl. 598), com prazo de dez dias, foi certificado o decurso de prazo em 16.09.2015 (fl. 599). Ofício resposta do Registro de Imóveis datado de 23.11.2015, com termo de juntada em 16.12.2015, e autos conclusos para decisão em 17.02.2016.</p>
<b>5 0000276-89.2010.5.04.0019</b>
<p><b>Aspectos gerais dos autos*:</b> termo de juntada firmado por estagiária (fl. 106-v).</p> <p><b>Movimentação processual:</b> protocolo de 28.04.2015 (fl. 107), juntado em 27.05.2015 (fl. 106-v) com autos conclusos em 03.06.2015 e decisão homologatória (fl. 108). Certidão de cálculos e edital de citação em 17.10.2015 (fls. 109/110); decurso do prazo para pagamento certificado em 10.12.2015.</p>
<b>6 0000475-09.2013.5.04.0019</b>
<p><b>Aspectos gerais dos autos*:</b> nada a apontar.</p> <p><b>Movimentação processual:</b> autos conclusos para sentença em 28.10.2014. Sentença publicada em 24.07.2015. Embargos de declaração protocolados em 17.08.2015 e conclusos em 24.08.2015; decisão em 27.11.2015. Recurso ordinário protocolado em 10.02.2016 com termo de conclusão em 08.03.2016.</p>
<b>7 0000447-41.2013.5.04.0019</b>
<p><b>Aspectos gerais dos autos:</b> certidão firmada por estagiária (fl. 213), termo de remessa (fl. 217) e de recebimento (fl. 231-v); devolução dos autos sem data e rubrica do servidor (fl. 234)</p>



**Movimentação processual:** autos recebidos do TRT em 17.07.2015 e feita a conclusão em 21.10.15; cálculos de liquidação apresentados em 23.11.2015, tendo sido expedida notificação à parte adversa em 25.01.2016; manifestação sobre os cálculos protocolada em 05.02.2016 e juntada em 08.03.2016.

8 00119700-67.2006.5.04.0019

**Aspectos gerais dos autos:** nada a apontar.

**Movimentação processual:** Demora para dar o impulso processual: petição protocolada em 06.02.2015 juntada aos autos em 04.03.2015 (fls. 126/verso e 127); autos conclusos em 17.03.2015 para julgar embargos, julgamento ocorreu em 31.07.2015.

9 0092600-06.2007.5.04.0019

**Aspectos gerais dos autos\*:** nada a apontar.

**Movimentação processual:** Demora para dar impulso processual, processo com penhora realizada em 09.10.2015 e o próximo ato realizado em 09.03.2016, data posterior à solicitação dos autos por esta Corregedoria (em 07.03.2016).

10 0001032-93.2013.5.04.0019

**Aspectos gerais dos autos\*:** A data do termo de encerramento (10.08.2015) é posterior a data do termo de abertura (30.07.2015).

**Movimentação processual:** Demora para dar impulso processual: petição protocolada em 29.06.2015 somente foi juntada aos autos em 10.08.2015 (fls. 203/verso e 204); petição protocolada em 12.01.2016 apreciada em 01.03.2016 (fls. 233/234).

11 0086400-80.2007.5.04.0019

**Aspectos gerais dos autos\*:** Ofício da fl. 848 não foi protocolado.

**Movimentação processual:** Demora para dar impulso processual: despacho assinado em 31.10.2014 foi cumprido em 12.02.2015 com expedição de alvará para autor e este somente foi liberado em 05.05.2015 conforme pesquisa no inFOR; embargos à execução protocolados em 16.03.2015 (fl. 849) juntados aos autos em 06.05.2015; impugnação à sentença de liquidação protocolada em 29.05.2015 juntada aos autos em 16.07.2015; petição juntada em 21.09.2015 e conforme verificado no inFOR em 06.10.2015 foi dado andamento interno “com Felipe” e somente em 08.03.2016 foi feito o andamento “conclusos para decisão” e tipo “embargos à execução” e “impugnação à sentença de liquidação” e lançado os resultados dos julgamento no inFOR em 10.03.2016, ficando assim mais de 5 meses sem contar a pendência de julgamento da Magistrada.

12 0092300-15.2005.5.04.0019

**Aspectos gerais dos autos\*:** Ofícios das fls. 1720/1721 não foram protocolados. Inobservância da ordem cronológica dos atos processuais, termo de abertura do 10º volume datado em 05.11.2015 e a certidão da fl. 1743 datada em 03.11.2015.

**Movimentação processual:** Demora para dar impulso processual: decorreu mais de dois meses sem movimentação, no período de 02.06.2015 a 25.08.2015, aguardando para fazer consulta RENAJUD; prazo do edital findou em 10.02.2016 e sem movimentação até a remessa dos autos à Corregedoria (em 10.03.2016).

\* Os aspectos gerais dos autos são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2015.



## 8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as **práticas irregulares** da Unidade quando do registro de andamentos no INFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, extraída em 16.02.2016.

<b>Ausência de prazo final do acordo ou acordo com prazo vencido – Processos Exemplos:</b>	
0000575-61.2013.5.04.0019	0001139-45.2010.5.04.0019
0000813-80.2013.5.04.0019	0001527-74.2012.5.04.0019
<b>Demora no impulso processual – Processos Exemplos:</b>	
0101100-95.2006.5.04.0019 (autos extraviados desde 09/2012 sem andamento posterior para localização dos autos) – <b>Já apontado no relatório de 2015 - sem providências</b>	0031100-36.2007.5.04.0019 (desde 05/2015)
0055300-20.2001.5.04.0019 (desde 04/2015)	0001230-38.2010.5.04.0019 (autos extraviados na Secretaria desde 10/2014)
0079500-47.2008.5.04.0019 (desde 04/2015)	0001014-09.2012.5.04.0019 (para INFOJUD desde 07/2015)
0121600-85.2006.5.04.0019	0062900-97.1998.5.04.0019 (para INFOJUD desde 06/2015)
0129100-37.2008.5.04.0019 (para INFOJUD desde 06/2015)	0027200-45.2007.5.04.0019
0000688-15.2013.5.04.0019	0001493-36.2011.5.04.0019
0095600-14.2007.5.04.0019	0076600-57.2009.5.04.0019
0031200-54.2008.5.04.0019	0000030-25.2012.5.04.0019
0000274-22.2010.5.04.0019	0047800-19.2009.5.04.0019
0000444-23.2012.5.04.0019	0091400-27.2008.5.04.0019
0000013-72.2014.5.04.0001 (desde 23.01.2015 para apensar)	-
<b>Petição protocolada aguardando apreciação do Juízo – Processos Exemplos:</b>	
0000424-32.2012.5.04.0019	0000610-21.2013.5.04.0019
0000900-37.1993.5.04.0019	0079000-78.2008.5.04.0019
0000152-09.2010.5.04.0019	0000872-05.2012.5.04.0019
0138000-72.2009.5.04.0019	0066600-95.2009.5.04.0019
0001227-49.2011.5.04.0019	0086600-19.2009.5.04.0019
0000483-88.2010.5.04.0019	0000876-76.2011.5.04.0019
0017400-22.2009.5.04.0019	0001109-73.2011.5.04.0019
0000792-75.2011.5.04.0019	0000243-65.2011.5.04.0019





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

0000659-67.2010.5.04.0019	0081200-92.2007.5.04.0019
0077300-67.2008.5.04.0019	0001444-92.2011.5.04.0019
0000219-71.2010.5.04.0019 (Processo aguardando remessa ao TRT para julgamento do(s) recurso(s))	0060100-96.1998.5.04.0019 (Processo aguardando remessa ao TRT para julgamento do(s) recurso(s))
<b>Registros desatualizados – Processos Exemplos:</b>	
0001127-26.2013.5.04.0019 (Carta precatória com registros desatualizados aguardando devolução à origem ou devolvida à origem sem andamento)	0001170-60.2013.5.04.0019 (Carta precatória com registros desatualizados aguardando devolução à origem ou devolvida à origem sem andamento)
0000639-08.2012.5.04.0019 (Processo aguardando apensamento ou apensado a outro sem andamento)	0106800-33.1998.5.04.0019
0000010-29.2015.5.04.0019	0121600-03.1997.5.04.0019
<b>Processos concluídos para sentença em data posterior ao encerramento da instrução sem qualquer prazo pendente</b>	
0001642-95.2012.5.04.0019 Encerrada em 22.02.2016 e concluso em 11.03.2016	0001013-87.2013.5.04.0019 Encerrada em 09.06.2015 e concluso em 17.08.2015
0001082-90.2011.5.04.0019 Encerrada em 09.07.2015 e concluso em 08.03.2016	0001108-20.2013.5.04.0019 Encerrada em 21.09.2015 e concluso em 03.11.2015
0000848-74.2012.5.04.0019 Encerrada em 25.02.2016 e concluso em 01.03.2016	0001024-19.2013.5.04.0019 Encerrada em 12.05.2015 e concluso em 17.08.2015
0000967-98.2013.5.04.0019 Encerrada em 01.06.2015 e concluso em 17.08.2015	0001141-10.2013.5.04.0019 Encerrada em 11.12.2015 e concluso em 01.03.2016
0000969-68.2013.5.04.0019 Encerrada em 17.09.2015 e concluso em 03.11.2015	0001200-95.2013.5.04.0019 Encerrada em 05.11.2015 e concluso em 01.03.2016
0001297-95.2013.5.04.0019 Encerrada em 22.02.2016 e concluso em 17.08.2015	0001318-71.2013.5.04.0019 Encerrada em 15.10.2015 e concluso em 03.11.2015

Conforme consulta aos relatórios das correções realizadas nos anos de 2014 e 2015, verifica-se que, embora ainda há **elevada quantidade de processos que dependem efetivamente de impulso processual, em todas as fases, principalmente a partir do segundo semestre de 2015**, a Unidade revelou maior empenho para regularizar a listagem de processos sem movimentação, inclusive procedendo o arquivamento dos autos que aguardavam o procedimento desde 2012, considerando que, da totalidade de **869 processos parados**, excluem-se os que aguardam cumprimento de acordo, julgamento de Agravo de Instrumento ou Recurso de Revista, pagamento de precatório, andamento de outros processos com prazo em curso, suspensos/sobrestados/concluídos ou sendo movimentados pela Secretaria. Nos anos anteriores, essa listagem ultrapassava 1.000 processos evidentemente sem nenhum andamento pela Vara do Trabalho (em 2014 o registro excedia a 2.618 processos). Contudo, pondera-se enfatizar que a lista restringe-se a processos físicos, razão pela qual **reitera-se a determinação para imediata regularização dos andamentos no inFOR e incorporar tal prática a sua rotina de atividades no uso do sistema PJe – Processo Judicial Eletrônico**.



### 8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Conforme informação da Diretora de Secretaria, a Unidade Judiciária **observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, havendo pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal.

### 8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Segundo informação da Diretora de Secretaria, no momento da correição, imediatamente após a liquidação da sentença, uma vez apurado crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, **ordena** pronta liberação deste em favor do credor de ofício ou a seu requerimento.

### 8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Conforme informado pela Diretora de Secretaria, no decorrer da correição, que há determinação da Magistrada de citação do(s) sócio(s) em caso de desconconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, por meio de decisão fundamentada, para que no prazo de 48 horas, indique(m) bens da sociedade (artigo 596 do CPC) ou, em não os havendo, garanta a execução, sob pena de penhora, com o fim de habilitá-lo(s) à via de embargos à execução para imprimir, inclusive, discussão sobre a existência ou não da sua responsabilidade executiva secundária.

## 9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe

Conforme Cronograma de Implantação do Processo Judicial Eletrônico deste Regional aprovado pelo TST, o PJe foi implantado na Unidade Judiciária em **23.09.2013**.

Foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente em duas oportunidades, nos dias 04.03.2016 e 10.03.2016 e com nova verificação na data da inspeção, na Unidade Judiciária. A posição, na data da visita correcional, é a que segue:

Agrupador	Fase	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Processos com petições avulsas	-	-	-	
Com habilitações não lidas	-	07		15.03
Com pedido de liminar	-	-	-	
Com petições não apreciadas		51	07.03.16	07.03
Processos aguardando encaminhamento do Secr. De audiências – atas assinadas	-	266	-	-
Mandados devolvidos OJ	-	61	24.02.16	24.02



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Pasta	Fase	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Aguardando cumprimento de providência	Conhecimento	204	0020930-24. 2015	27.11
Aguardando cumprimento de providência	Liquidação	08	0020207-73.2013	16 a 31.01
Aguardando cumprimento de providência	Execução	13	-	15 a 28.02
Aguardando ciência	Conhecimento	01	-	27.02
Aguardando ciência decisão-ConPra	Conhecimento	08	-	14.03
Aguardando ciência decisão –ConPra	Execução	-	-	-
Aguardando término dos prazos	Conhecimento	176	-	-
Aguardando término dos prazos	Liquidação	21	0020860-41.2014	21.08.15
Aguardando término dos prazos	Execução	55	0020231-04.2013	19.09.15
Análise de liquidação - Caixa Impug de cálculo	Liquidação	18 05	0020308-76.2014	07.02.15
Análise expediente da secretaria	Execução	05 - J2	0020389-25.2014	08.03
Apreciar urgentes	-	-	-	-
Apreciar dependência	Conhecimento	04	0020287-32.2016	07.03
Iniciar liquidação	Liquidação	05	0020807-60.2014	07.03
Intimação automática com pendência	Conhecimento	01	0021567-09.2014	08.03
Preparar comunicação	Conhecimento	20		27.11.15
Controle de Sobrestamento/Suspensão	Conhecimento	07	0021004-15.2014	30.7.15
Controle de Sobrestamento/Suspensão	Liquidação	-		
Controle de Sobrestamento/Suspensão	Execução	-		
Controle manual do prazo pós sentença	Conhecimento	03	0020191-22.2013	18.02
Controle manual do prazo pós sentença	Liquidação	-		
Controle manual do prazo pós sentença	Execução	-		
Encaminhar carta	Conhecimento	01	0020560-45.2015	10.02
Encaminhar carta	Execução	01	0020118-50.2013	22.02
Prazos vencidos	Conhecimento	118	0020141-25.2015	16.02
Prazos vencidos	Liquidação	27	0020053-55.2013	16.02
Prazos vencidos	Execução	20	0021153-74.2015	22.02
Triagem inicial	Conhecimento	65	0020217-15.2016	24.02

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe na data da correção)

A Vara está organizada em relação às pastas e às caixas criadas no interior de cada tarefa, o que facilita a visualização e compreensão dos andamentos processuais executados nos processos eletrônicos. Chama atenção, contudo, além do elevado número de processos na “Análise de Conhecimento”, alguns há bastante tempo, a criação das caixas “Secretário de



Audiências J1, com 26 processos”, e “Secretário de Audiências J2”, com 09. Cumpre sinalar que a recomendação é manter o menos possível os processos nesta tarefa (análise de conhecimento), encaminhando-os a tarefas mais específicas, diminuindo, assim, a possibilidade de equívocos/esquecimentos por parte da Unidade. Por amostragem, cito o processo 0020600-27.2015.5.04.0019, distribuído em 11.05.2015, com audiência designada para o dia 28.09.2015, posteriormente cancelada. **NENHUM outro movimento foi dado desde então, permanecendo o feito parado desde a dada da distribuição.** Ainda, no processo 0021215-51.2014 a audiência foi marcada para o dia 03.02.2016, não ocorrendo, por força do violento temporal ocorrido na Capital dias antes, e em 23.02.2016 foi redesignada para 03.06.2016. Até o momento da inspeção não havia intimação das partes e, portanto, deveria ter sido impulsionado para a tarefa “Preparar Comunicação”, e após deve ser movimentado à tarefa “Aguardando audiência”. Vale mencionar também o processo 0021267-47.2014.5.04.0019, que está suspenso e, portanto, deveria estar na tarefa “Controle de Sobrestamento - Suspensão”, lembrando que os processos contidos nesta tarefa são considerados para fins de apuração da meta 1.

Também chama atenção o considerável número de processos na caixa “Andréia”, 69, mais da metade do total da “Análise de Conhecimento”, alguns parados há bastante tempo. Cito o processo CartPrec 0021490-66.2015.5.04.0018 (redistribuído pela 18ª Vara de Porto Alegre) cujo o último andamento ocorreu em 09.12.2015, quando cumprida a diligência.

No processo 0020669-93.2014.5.04.0019, na tarefa “Aguardando cumprimento de acordo ou pagamentos”, na caixa “2016 – 09 setembro” há despacho, firmado em 25.02.2016, determinando seja a reclamada intimada a apresentar, querendo, embargos à execução e, no silêncio, seja expedido alvará ao autor do depósito e, ainda, seja dada ciência à União/INSS. A ré manifestou-se no sentido de não ter nada a opor quanto à liberação do valor colocado à disposição do Juízo, e o alvará foi expedido em 12.03.2016, mas ainda não foi dada ciência à União/INSS.

O processo 0020004-14.2013.5.04.0019 encontra-se na tarefa “análise de execução”, mas o último movimento, em 22.02.2016, foi um despacho determinando a liberação do depósito ao credor, devendo, pois, a Unidade movimentá-lo à tarefa “minutar expediente da secretaria”.

Constata-se que no dia da correição havia 65 processos na tarefa “triagem inicial”, datando, o mais antigo, de 24.02.2016, ou seja, estava, quando da inspeção correicional, há vinte dias esperando andamento. Também havia 04 processos na tarefa “apreciar dependência”, o mais antigo de 07.03.2016.

Verifica-se a existência de 51 processos com petição não apreciada no dia da inspeção correicional, sendo o mais antigo de 07.03.2016. O mesmo número foi verificado no dia 10.03, onze a mais que no dia 04.03.2016.

Não se verificou certidão nos processos com decisão transitada em julgado, e a Diretora de Secretaria confirmou que nos processos com trânsito em julgado não são efetuadas as correspondentes certidões.



A tarefa “Análise de execução” aparece, indevidamente, na área destinada aos processos de conhecimento, sendo recomendável que a Unidade Judiciária solicite a correção junto à informática.

Foi incluído na tarefa “concluso ao magistrado”, no dia da inspeção, o processo RTOrd 0020545-13.2014.5.04.0019, cujos cálculos de liquidação foram apresentados pela parte em 08.03.2016. Deve ser dado o andamento seguinte neste processo, com indicação do tipo de conclusão (despacho, decisão ou julgamento) a fim de que a conclusão se perfectibilize. Vale observar que os processos que pendem de manifestação do juiz devem ser conclusos de imediato.

Percebeu-se que o considerável número de processos registrados no agrupador “Processos aguardando encaminhamento do Secretário de audiência – atas assinadas” não corresponde à realidade. É recomendável que os agrupadores sejam atualizados para facilitar a visualização e compreensão dos processos.

## **10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT**

Conforme cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, a Unidade Judiciária **requereu** e, mediante deferimento, contou com a atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT por **oito semanas** durante o período correccionado, sendo 1 atuação no mês de janeiro de 2015 (dias 26 a 30), 3 atuações no mês de fevereiro (dias 03 a 06, 09 a 13 e 23 a 27), 2 nos meses de agosto e setembro (dias 31.08 a 04.09 e 08 a 11.09), 1 no mês de outubro (dias 26 a 30) e 1 atuação no mês de novembro (dias 03 a 06).

**Nova oferta de atuação do SAT, quando da inspeção correccional, feita à Juíza Themis foi por esta descartada, referindo que tal serviço nada resolve, e até mesmo dificulta o andamento da Unidade Judiciária.**

## **11 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE**

Constata-se que a fase de conhecimento possui prazo médio bem mais elevado que as Unidade similares, o mesmo ocorrendo com a fase de liquidação. Em relação ao prazo de audiências de processo sumaríssimo, percebe-se um aumento de mais de 50% em relação ao período anterior.

O atraso na certificação dos prazos foi atribuído, pela Diretora, à remoção de um servidor, fato que ocorreu em 06.03.2016, a demonstrar, na realidade, que o problema é de gestão. Vale observar que o número de servidores é adequado à movimentação da Unidade.

Quanto ao processo extraviado (referido no item 8.2) desde setembro de 2012, sem qualquer andamento posterior para localização dos autos, não obstante o fato já ter sido apontado no relatório de 2015, nenhuma providência foi adotada, revelando descaso com a correição.

Em resumo, a análise dos processos físicos revela claramente que a movimentação processual, de maneira geral, é bastante lenta, em prejuízo dos jurisdicionados.

Há evidente necessidade de reestruturação na forma de gestão da Unidade por gestor que tenha capacidade de modificar o fluxo de trabalho e





tenha habilidade de aglutinar o grupo. **É recomendável, pois, a substituição da Diretora de Secretaria**, se esta não promover uma reestruturação na sua forma de trabalho, com maior brevidade possível.

## **12 RECOMENDAÇÕES**

### **ITEM 5.2.1 (Meta CNJ 1/2016)**

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta, considerando-se que o número de processos solucionados em 2015 foi inferior ao número de processos distribuídos no mesmo período (item 5.1.1), de forma que a meta CNJ 1/2015 não foi cumprida pela Unidade Judiciária.

Recomenda-se seja solicitada a atuação do JACEP para efetivo uso do “Projeto Conciliação Pré-Sentença”, com inserção de processos em pauta para tentativa de conciliação.

### **ITEM 5.2.6 (Meta CNJ 7/2016)**

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta neste ano, considerando-se que a meta correspondente do ano de 2015 não foi cumprida (item 5.1.5).

### **ITEM 6.9 (Processos conclusos para sentença há mais de 50 dias na data da correição)**

Recomenda-se seja solicitada a atuação da JACEP.

### **ITEM 9 (Processo Judicial Eletrônico PJe)**

Recomenda-se à Unidade Judiciária que:

- a) Os processos permaneçam o menor tempo possível na tarefa “Análise de Conhecimento”, impulsionando-os para tarefas mais específicas, especialmente os que se encontram nas subpastas “Secretário de Audiências”;
- b) Reduzir o tempo de permanência dos processos constantes da “Triagem Inicial” e “Apreciar Dependência” para 48h;
- c) Reduzir o tempo de apreciação das petições;
- d) Solicitar à informática que faça a correção relativa à tarefa “Análise de execução”, para que seja removida para a área da execução;
- e) Os agrupadores sejam mantidos atualizados, em especial o “Processos aguardando encaminhamento do Secretário de audiência – atas assinadas”.





## **13 DETERMINAÇÕES**

### **ITEM 3.5.3 (Banco Nacional de Devedores Trabalhistas)**

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) efetue a devida anotação quando houver garantia da execução (por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes devidamente formalizada) no respectivo campo do sistema informatizado;
- b) efetue a exclusão dos devedores do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) nos processos nº 0001097-59.2011.5.04.0019, nº 0001212-17.2010.5.04.0019, nº 0063600-92.2006.5.04.0019 e nº 0112800-20.1996.5.04.0019;
- c) considerando a ordem de arquivamento com dívida dos autos do processo nº 0000021-63.2012.5.04.0019, determina-se a substituição do lançamento informatizado de arquivamento definitivo dos autos em 18.08.2015 por arquivamento provisório, com registro do débito previdenciário da reclamada.

### **ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)**

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção dos embargos à execução (3) e da impugnação à sentença de liquidação apresentados no processo nº 0061800-92.2007.5.04.0019; o mesmo procedimento deverá ser realizado em relação aos embargos apresentados no processo nº 0115100-03.2006.5.04.0019;
- b) considerando não haver no sistema informatizado andamento de conversão do incidente inicialmente apresentado (embargos à execução) para exceção de pré-executividade, proceda a Secretaria na substituição do andamento lançado em 23.09.2011 para “exceção de pré-executividade – apresentação”. Além disso, deverá ser incluído, com data retroativa (25.11.2011), decisão que extinguiu a exceção de pré-executividade.

Além disso, recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

### **ITEM 5.2.2 (Meta CNJ 2/2016)**

Determina-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias ao cumprimento dessa meta, destacando-se a necessidade de julgamento de, no mínimo, 469 processos dentre aqueles distribuídos até 31.12.2014 ainda pendentes na fase de conhecimento para alcance do percentual exigido.

Para tanto, sugere-se que a Unidade consulte o relatório “A.1.3.2 – Pendentes de Solução por Ano do Processo” disponível no sistema e-Gestão através do caminho e-Gestão → 1ª Instância → 3–Relatórios Gerenciais → A-



Das Varas do Trabalho → 1-Conhecimento → 3-Pendentes de Solução. Tão logo se visualize o relatório, deve-se filtrar os resultados específicos da Unidade através do campo “Município-Vara (Todos os Valores)▼”, não somente na aba “1.Resumo por Ano do Processo”, mas também na aba “Lista de Processos”.

#### **ITEM 5.2.5 (Meta CNJ 6/2016)**

Determina-se que a Juíza Titular profira a sentença no processo nº 0000969-68.2013.5.04.0019 no menor prazo possível, de forma que a referida meta seja plenamente cumprida na Unidade Judiciária.

#### **ITEM 6.3 e 6.4 (Prazo médio das audiências iniciais e de encerramento da instrução)**

Determina-se que, quando da organização da pauta de audiências, a Unidade observe o caráter prioritário dos processos do rito sumaríssimo, e adote as providências necessárias para o cumprimento do prazo de 15 dias para designação da audiência inicial, estabelecido no art. 852-B, III, da CLT, assim como que não seja excedido o lapso de 40 dias para marcação de audiências iniciais, e o lapso de 180 dias para o encerramento da instrução desde a realização da audiência inicial. Determina-se, para tanto, que sejam incluídos mais processos nas pautas de iniciais, de sumaríssimo e de instruções de segunda a quinta-feira, especialmente o J1, já que nas pautas que as pautas demonstram número inferior ao J2 quanto aos prosseguimentos.

#### **ITEM 6.6 (audiências redesignadas e canceladas)**

Determina-se a imediata reinclusão em pauta das audiências dos dias 22 e 23.07.2015 (adiadas “sine die”).

Determina-se, ainda, por parte da Juíza Titular Themis Pereira de Abreu, a abstenção da prática habitual de adiamentos/cancelamentos de pauta, por alegado motivo de “força maior”, sem respaldo fático e/ou jurídico para tanto, a fim de evitar a caracterização de ausência injustificada do magistrado e de prejudicar o bom andamento processual com deslocamentos inócuos de parte e/ou advogados e assoberbar a unidade judiciária com mais andamentos processuais.

#### **ITEM 6.9 (processos conclusos para sentença há mais de 50 dias na data da correição)**

Determina-se que as Juízas **Themis Pereira de Abreu, Fernanda Guedes Pinto Cranston Woodhead e Laura Balbuena Valente Gabriel** profiram as sentenças nos processos conclusos há mais de 50 dias, devendo ser observada a cronologia da data de conclusão, priorizando aqueles há mais tempo pendentes de julgamento, com apresentação de plano, em cinco dias, para redução dos resíduos respectivos.



O cumprimento dessa determinação será acompanhado pela Secretaria desta Corregedoria, mediante expediente próprio.

#### **ITEM 7 (Rotinas de Secretaria)**

Determina-se a observância do estabelecido no PA 2821-58 (fls. 212, 238 e 239) na execução dos serviços da estagiária, evitando lançar certidões ou expedir documentos.

#### **ITENS 7.10.1 e 7.10.2 (Advogados e Peritos – Cargas vencidas há mais de 10 Dias)**

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados nos itens 7.10.1 e 7.10.2 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

#### **ITEM 7.10.3 (Mandados – Prazos vencidos há mais de 10 Dias)**

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados no item 7.10.3 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

#### **ITEM 8.1 (Análise dos Processos Físicos)**

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) adote o procedimento correto quanto à inutilização de folhas em branco, consoante o art. 71 da CPCR;
- b) objetivando a certeza dos atos processuais, observe a correta elaboração de termos e certidões, de maneira legível, fazendo constar a data (art. 148 da CPCR e art. 58 da CPCG) e evitando lacunas e espaços em branco (art. 171 do CPC), certificando-se, ainda, de que estejam devidamente assinados e identificado o signatário (art. 150 da CPCR e arts. 57 e 58 da CPCG), não sendo atribuições dos estagiários o lançamento de certidões ou expedição de documentos;
- c) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, de imediato, as determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 190 do CPC, para evitar as situações constatadas nos processos 0000429-20.2013.5.04.0019, 0083300-54.2006.5.04.0019, 0085800-59.2007.5.04.0019, 0000447-41.2013.5.04.0019, 00119700-67.2006.5.04.0019, 0092600-06.2007.5.04.0019, 0086400-80.2007.5.04.0019 (mais de 3 meses para expedir alvará ao exequente).
- d) respeite, rigorosamente, a ordem cronológica dos atos processuais, para evitar as situações verificadas nos processos 0001032-93.2013.5.04.0019 e 0092300-15.2005.04.0019;



- e) observe o procedimento para a publicação das sentenças em Secretaria, conforme a previsão do art. 97 da CPCR, bem como o registro da conclusão dos autos no dia que efetivamente tenha ocorrido, para evitar situação semelhante àquela constatada no processo 0086400-80.2007.5.04.0019;
- f) retire, periodicamente, listagem de processos sem movimentação processual há mais de 90 dias para que se evitem situações similares àquelas verificadas nos processos n. 0085800-59.2007.5.04.0019 (seis meses parado), 0083300-54.2006.5.04.0019 (seis meses parado).

## 8.2 (Irregularidades nos andamentos no InFOR)

A listagem de andamentos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em **869 processos** parados. Desta totalidade, excetuam-se os processos em situação regular (aguardam cumprimento de acordo, julgamento de Agravo de Instrumento ou Recurso de Revista, pagamento de precatório, andamento de outros processos, estão com prazo em andamento, suspensos/sobrestados/conclusos ou sendo movimentados pela Secretaria). Determina-se que a Unidade Judiciária regularize, com a maior brevidade possível, os andamentos processuais abaixo exemplificados e **todos que estejam em situação similar**. Para tanto:

- a) regularize no inFOR a informação dos processos com acordos homologados e/ou vencidos como os de nºs 0000575-61.2013.5.04.0019, 0001139-45.2010.5.04.0019, 0000813-80.2013.5.04.0019, 0001527-74.2012.5.04.0019, dentre outros;
- b) tome as providências necessárias para dar prosseguimento ao feito em processos como os de nºs **0101100-95.2006.5.04.0019**, 0031100-36.2007.5.04.0019, 0055300-20.2001.5.04.0019, 0001230-38.2010.5.04.0019, 0079500-47.2008.5.04.0019, 0001014-09.2012.5.04.0019, 0121600-85.2006.5.04.0019, 0062900-97.1998.5.04.0019, 0129100-37.2008.5.04.0019, 0027200-45.2007.5.04.0019, 0000688-15.2013.5.04.0019, 0001493-36.2011.5.04.0019, 0095600-14.2007.5.04.0019, 0076600-57.2009.5.04.0019, 0031200-54.2008.5.04.0019, 0000030-25.2012.5.04.0019, 0000274-22.2010.5.04.0019, 0047800-19.2009.5.04.0019, 0000444-23.2012.5.04.0019, 0091400-27.2008.5.04.0019, 0000219-71.2010.5.04.0019, 0060100-96.1998.5.04.0019, dentre outros;
- c) aprecie as petições protocoladas nos processos como os de nºs 0000424-32.2012.5.04.0019, 0000610-21.2013.5.04.0019, 0000900-37.1993.5.04.0019, 0079000-78.2008.5.04.0019, 0000152-09.2010.5.04.0019, 0000872-05.2012.5.04.0019, 0138000-72.2009.5.04.0019, 0066600-95.2009.5.04.0019, 0001227-49.2011.5.04.0019, 0086600-19.2009.5.04.0019, 0000483-88.2010.5.04.0019, 0000876-76.2011.5.04.0019, 0017400-22.2009.5.04.0019, 0001109-73.2011.5.04.0019, 0000792-



- 75.2011.5.04.0019, 0000243-65.2011.5.04.0019, 0000659-  
67.2010.5.04.0019, 0081200-92.2007.5.04.0019, 0077300-  
67.2008.5.04.0019, 0001444-92.2011.5.04.0019, dentre outros;
- d) atualize os registros de processos como os de nºs 0001127-  
26.2013.5.04.0019, 0001170-60.2013.5.04.0019, 0000639-  
08.2012.5.04.0019, 0106800-33.1998.5.04.0019, 0000010-  
29.2015.5.04.0019, 0121600-03.1997.5.04.0019, dentre outros;
- e) Sejam os processos pendentes de sentença conclusos imediatamente após o encerramento da instrução.

### **ITEM 9 (Processo Judicial Eletrônico – Pje)**

Determina-se à Unidade Judiciária que:

- a) Seja movimentado o processo 0020600-27.2015.5.04.0019 imediatamente, e mantido em tarefa adequada à sua situação;
- b) Seja o processo 0021215-51.2014.5.04.0019 impulsionado à tarefa “Preparar Comunicação” e, realizadas as intimações, seja mantido no “Aguardando audiência”;
- c) Remover o processo 0021267-47.2014.5.04.0019 para o “Controle de Sobrestamento – Suspensão”;
- d) Seja movimentado o processo 0021490-66.2015.5.04.0018 e reduzido o prazo na “Análise de Conhecimento”, notadamente os constantes da caixa “Andréia”, para 48h;
- e) Observe a determinação de ciência à União/INSS constante do processo 0020669-93.2014.5.04.0019;
- f) Movimentar o processo 0020004-14.2013.5.04.0019 para a tarefa “Minutar Expediente da Secretaria”;
- g) Certifique o trânsito em julgado das sentenças;
- h) Seja dado o andamento seguinte ao “concluso ao magistrado” no processo 0020545-13.2014.5.04.0019.

### **14 PRESENCAS**

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com a Juíza Titular, a Diretora de Secretaria e os servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na Secretaria da 19ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, das 14h às 15h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes a essa Vara do Trabalho, contudo, não houve interessados.

### **15 PRAZO PARA RESPOSTA**

**15.1** A Diretora de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Assessoria Jurídica da Corregedoria sobre a adoção das



medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

**15.2** As Juízas deverão atender as determinações respectivas, constantes deste relatório, observados os prazos estipulados.

## **16 ENCERRAMENTO**

Registra-se a cordialidade dispensada pela Juíza Titular Themis Pereira de Abreu, pela Diretora de Secretaria Andréia Oliveira Gonçalves e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Guy de Bruchard, Assessor Jurídico da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional.

**Maria da Graça Ribeiro Centeno  
Corregedora Regional**